

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020	1
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	1
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO	3
AMBIENTE REGULATÓRIO	6
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES.....	9
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	12
INVESTIMENTOS.....	23
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO SOCIETÁRIO	24
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	24
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES	25
AUDITORIA INTERNA E GERENCIAMENTO DE RISCOS	25
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	27
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA	35
BALANÇOS PATRIMONIAIS	36
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	38
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	39
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	40
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	41
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	42
1. CONTEXTO OPERACIONAL	42
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	49
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	51
4. DAS CONCESSÕES	53
5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	56
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	56
7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	56
8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	58
9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS	59
10. TRIBUTOS DIFERIDOS	61
11. CONCILIAÇÃO DA DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	62
12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	63
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS.....	63
14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	67
15. FORNECEDORES.....	72
16. TRIBUTOS	72
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	73
18. ENCARGOS SETORIAIS	77
19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	78
20. PROVISÃO PARA LITÍGIOS	83
21. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	89
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	90
23. RECEITA	94
24. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	95
25. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”	95
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	96
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	96
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	99
29. SEGUROS	109
30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	109
31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	110
32. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	110
33. EVENTOS SUBSEQUENTES	120
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	122
TERMO DE RESPONSABILIDADE	127
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	128

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações contábeis regulatórias e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Certamente o ano de 2020 ficará marcado na história pela sua singularidade, onde a sociedade teve que lidar com os efeitos de uma pandemia de impacto mundial, com reflexos significativos no comportamento e vida das pessoas e impactos também relevantes no ambiente econômico e social.

Constituímos, em março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução da pandemia, com efeitos abrangentes, complexos e sistêmicos. Foram tomadas diversas medidas para proteção do caixa, como o contingenciamento de investimentos e despesas, postergação no pagamento de dividendos e renegociação de créditos a receber com os clientes.

Uma de nossas grandes prioridades foi garantir a segurança e saúde dos nossos colaboradores por meio de uma série de ações, entre elas a adoção do home-office para parcela representativa da nossa força de trabalho e protocolos de segurança em conformidade com as orientações dos órgãos de saúde para as nossas equipes de campo. Infelizmente, tivemos colaboradores vítimas da pandemia, que são perdas irreparáveis, motivo de muito pesar e de nossa solidariedade para com as respectivas famílias. Continuamos firmes no nosso propósito de que o respeito à vida é um bem inegociável da Companhia.

Tínhamos como missão viabilizar o fornecimento de energia com qualidade para a sociedade durante a pandemia, garantindo o atendimento sem interrupção aos hospitais e demais serviços públicos. Conseguimos, em 2020, atingir o melhor DEC, índice que mede a duração das interrupções, da nossa história, de 9,6 horas, uma melhoria de 9,4% em relação ao ano anterior.

E nesse ambiente desafiador, a Cemig D mais uma vez provou a sua resiliência e sustentabilidade das suas operações também na dimensão financeira.

Mesmo considerando a retração da atividade econômica, com o fechamento e/ou funcionamento parcial do comércio e indústria durante boa parte do ano, encerramos 2020 com lucro de R\$1.977 milhões e um Lajida, ajustado por eventos não recorrentes, de R\$1.799 milhões.

Esses resultados e avanços da Cemig D foram reconhecidos pelas agências de rating. Em 2020, mesmo considerando os efeitos e incertezas de pandemia, tivemos melhoria das nossas notas de crédito pela Fitch e Moodys e, em janeiro de 2021, a Standard & Poors elevou em dois níveis na escala global a nossa nota, de “B” para “BB-”, e de “A+” para “AA+” na escala nacional brasileira, um significativo aumento de três níveis.

Continuamos na busca contínua de melhoria operacional e redução de custos, sendo que nesse ano conseguimos pela primeira vez ter as nossas despesas operacionais em níveis inferiores ao *limite* regulatório estabelecido pela Aneel para cobertura tarifária. Um resultado que deve ser comemorado e que nos traz ainda mais motivação para continuarmos nos empenhando nos próximos anos para aumentar as nossas margens operacionais, através da redução das perdas não técnicas e da inadimplência, com aumento das inspeções e cortes, e outras medidas de efficientização, o que nos permitirá também atingir um Lajida superior ao referencial regulatório no futuro próximo.

Investimos R\$1,3 bilhão em 2020 e temos um programa de investimentos para os próximos 5 anos, com valores próximos a R\$12 bilhões. Esses investimentos expressivos permitirão um melhor atendimento aos clientes de Minas Gerais, com aumento da base de remuneração regulatória e geração de maior receita, além de redução das despesas com operação e manutenção dos ativos.

Somos reconhecidos como uma empresa sustentável, que se preocupa com o impacto das suas ações no meio ambiente e na sociedade, sendo a Cemig, nossa controladora, a Empresa que mais investe em cultura no Estado. Estamos presentes, por meio da Cemig, no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros *ratings* de sustentabilidade nacionais e internacionais, que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Mesmo ainda convivendo com os efeitos da pandemia, esperamos que em 2021 o Brasil apresentará sinais de recuperação econômica, o que certamente trará impactos positivos para nossos negócios.

A administração, o corpo gerencial e a qualificada força de trabalho da Companhia estão comprometidos e motivados para assegurar o progresso e a sustentabilidade das nossas operações, garantindo o retorno adequado aos acionistas e o atendimento das expectativas das demais partes interessadas.

Estamos otimistas em relação ao futuro da Cemig D.

Na preparação para esse futuro, concluímos a revisão do nosso planejamento estratégico no início de 2021, com o objetivo de “Focar para vencer”, buscando a liderança na satisfação do cliente, a segurança e níveis ótimos de eficiência, através de uma gestão moderna e sustentável.

Adicionalmente, iniciamos em 2020 o desenvolvimento de um projeto de cultura organizacional, reforçando e potencializando os nossos valores corporativos e comportamentos esperados, de forma convergente aos nossos princípios éticos, em um ambiente mais harmônico e produtivo.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas pelo esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig D como empresa de relevância e destaque no setor elétrico brasileiro.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país, sendo a maior distribuidora da América Latina.

Sua área de concessão abrange 567.478 Km², aproximadamente 96% do Estado de Minas Gerais, com 545.706 km de redes de distribuição, sendo 111.061 km em área urbana, 417.209 km de redes rurais e 17.436 km de linhas de distribuição, atendendo a um mercado de 8.710 mil clientes em 2020.

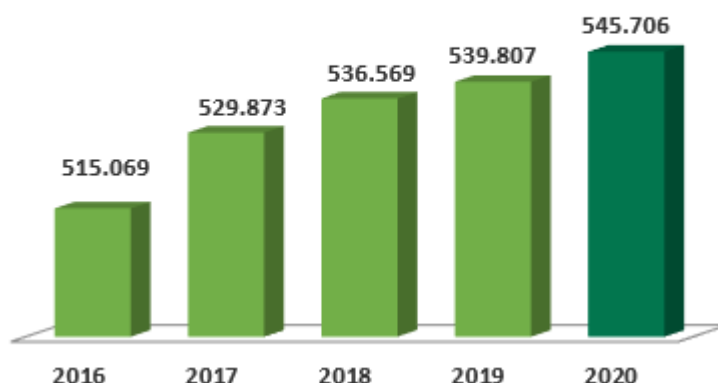
A Cemig D possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 881 mil consumidores neste perfil, o que representa, aproximadamente, 12% do total de consumidores da classe residencial.

Área de Atuação



No gráfico a seguir podemos observar o crescimento das linhas e redes de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.

Linhas e Redes de Distribuição (Km)



Classe	Número de Consumidores				
	2020	2019	2018	2017	2016
Cientes Cativos					
Residencial	7.113.837	6.966.696	6.817.365	6.765.201	6.691.673
Industrial	29.525	29.875	72.341	73.833	74.535
Comercial	776.942	805.811	720.535	717.988	716.602
Rural	688.201	647.064	712.792	705.541	694.026
Poder público	66.388	66.855	64.322	63.477	63.483
Iluminação pública	6.144	6.677	6.418	6.137	5.667
Serviço público	13.676	11.906	13.431	12.976	12.548
Sub-Total	8.694.713	8.534.884	8.407.204	8.345.153	8.258.534
Variação %	1,87	1,52	0,74	1,05	2,23
Cientes Livres					
Industrial	847	707	574	531	443
Comercial	907	724	555	456	264
Rural	17	7	6	4	-
Concessionária (Distribuidora)	3	3	3	3	3
Sub-Total	1.774	1.441	1.138	994	710
TOTAL (*)	8.696.487	8.536.325	8.408.342	8.346.147	8.259.244
Variação %	1,88	1,52	0,75	1,05	2,23

(*) Exclui o consumo próprio

Comportamento do mercado

	Mercado Atendido - GWh				
	2020	2019	2018	2017	2016
Energia Faturada	24.523	25.902	25.539	25.382	26.244
Fornecimento	24.206	25.562	25.228	25.053	25.886
Residencial	10.981	10.538	10.266	10.008	9.916
Industrial	1.773	2.383	2.588	2.611	3.195
Comércio, Serviços e Outros	4.384	5.215	5.190	5.253	5.712
Rural	3.749	3.792	3.614	3.648	3.575
Poder Público	714	905	871	866	886
Iluminação Pública	1.243	1.357	1.384	1.367	1.350
Serviço Público	1.362	1.372	1.315	1.300	1.252
Suprimento Agente Distribuição	317	340	311	329	358
Uso da Rede Distribuição					
Consumidores Livres	19.761	19.010	18.974	17.410	16.929
Industrial	18.436	17.688	17.793	16.417	16.338
Comercial	1.294	1.307	1.168	985	591
Rural	31	15	13	8	-
Total	44.284	44.912	44.513	42.792	43.173
Variação %	(1,40)	0,90	4,02	(0,88)	2,58

A distribuição de energia da Cemig D em 2020 foi de 44.284 GWh (44.912 GWh em 2019). Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o industrial e o residencial.

A energia total distribuída para essas classes representou 69,45% (45,0% do industrial e 24,45% do residencial) do volume de energia distribuída da Cemig D e totalizou 31.190 GWh, no ano de 2020 (30.609 GWh em 2019).

O consumo comercial representa 12,64% da energia distribuída pela Cemig D (14,52% em 2019) e totalizou 5.678 GWh em 2020 (6.522 GWh em 2019), representando uma redução de 12,94% em comparação ao ano anterior.

Comparativo dos investimentos em máquinas e equipamentos da distribuição

R\$ mil	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Realizado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
Plano de Investimentos 2021	889.981	1.411.687	2.173.088	2.019.414	1.377.930	1.369.307

R\$ mil	2020	2021	2022	2023	2024
	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
Plano de Investimentos 2020	1.287.604	2.028.320	1.815.302	1.215.792	1.035.101

A diferença entre o projetado e realizado do ano de 2020 se deve pelos seguintes fatores:

- Atraso do fornecedor na entrega dos equipamentos;
- Atraso nas etapas de projeto executivo;
- Deslocamento da força de trabalho para atendimentos mais emergenciais e as obras de mercado;
- Redução da produtividade, em virtude da pandemia, uma vez que o trabalho é executado em equipe no mesmo local;
- Atrasos na etapa de construção, em função da quantidade de frente de obras em andamento simultaneamente;
- Atraso no cronograma de empreendimentos sob responsabilidade de execução do acessante.

Em relação à projeção dos próximos anos, a diferença é motivada pela adequação à capacidade de investimentos da distribuidora.

Nossa missão, visão e valores

Missão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

Visão (da controladora e compartilhada com a Cemig D nos negócios aplicáveis):

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Reajuste tarifário anual

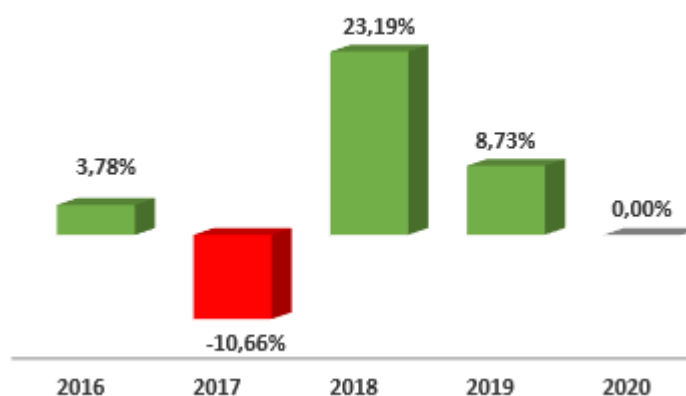
O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente no mês de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre no mesmo mês a revisão tarifária. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

Em 15 de maio de 2020, diante do cenário de calamidade pública decorrente da pandemia do Covid-19, a Companhia apresentou solicitação à Aneel para diferimento da aplicação do resultado do seu processo tarifário até 30 de junho de 2020, a fim de mitigar os efeitos sobre os consumidores de sua área de concessão, permanecendo a tarifa que estava vigente desde maio de 2019. Em 25 de junho de 2020, a Diretoria da Aneel homologou o resultado do reajuste da Cemig com um impacto médio de 4,27%.

Em 5 de agosto de 2020, a Companhia submeteu à Aneel proposta de reversão de R\$ 714 milhões para os consumidores de sua área de concessão, referente ao componente financeiro de ressarcimento de PIS/Pasep e Cofins, com o objetivo de contribuir para a modicidade tarifária em momento que toda a sociedade buscava reduzir os impactos da pandemia. Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou o reajuste com a inserção desse componente negativo.

O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 0,0%, sendo que a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, teve um reajuste de 0,84%, compensado pelo mesmo percentual negativo referente à variação dos custos não gerenciáveis e à devolução parcial dos créditos de PIS/Pasep e Cofins mencionados no parágrafo anterior.

Reajustes Tarifários



Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 22,1% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da Concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 77,9% são repassados para cobrir custos não gerenciáveis pela Companhia, com destaque para a compra de energia e impostos.

Gestão do faturamento

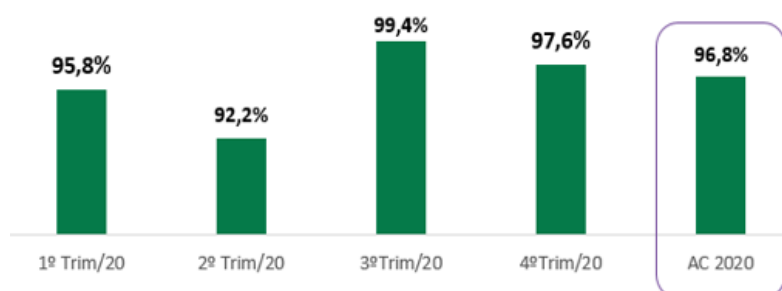
O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 474 mil clientes em 2020, o que representa um aumento de 54,90% em relação ao ano de 2019 (306 mil clientes). Essa importante iniciativa de sustentabilidade também tem efeito direto na satisfação dos clientes, proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente.

Gestão da adimplência e arrecadação

O exercício de 2020 foi bastante desafiador para a Companhia em face dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre as atividades de arrecadação e cobrança.

O momento mais agudo aconteceu no 2ª trimestre de 2020, sob o impacto das ações restritivas de circulação, emprego limitado das ferramentas de cobrança, em especial o corte, e a forte retração econômica.

Índice de Contas Arrecadadas (Média Trimestre)



A melhora dos índices foi paulatina, a partir dos meses de maio e junho, com estabilização no último trimestre em patamar superior a 97% de arrecadação, fruto do plano de contingenciamento para mitigação da inadimplência.

O plano foi baseado no acompanhamento diário dos indicadores de arrecadação e inadimplência, com intensificação/aprimoramento no emprego de ferramentas de cobrança, ampliação dos canais de comunicação e flexibilização das regras de parcelamento, com sensibilidade para a situação de renda das famílias durante a pandemia.

Gestão de Perdas

O índice de perdas totais da distribuição - IPTD em 2020 foi de 12,57% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição, representando uma redução de 0,22% em relação ao resultado de 2019. O IPTD de 2020 é composto de 8,77% de perdas técnicas e 3,80% de perdas não técnicas. Esse resultado está acima da meta estabelecida pela Aneel, para a Cemig D, para o ciclo tarifário vigente (2018 a 2022), que em 2020 é de 11,43% e no final de 2022 será de 11,20%.

A Cemig D tem realizado investimentos relevantes de reforço do sistema elétrico em alta, média e baixa tensão para redução das perdas técnicas, com a energização, em 2020, de 4 novas subestações e a reconfiguração das redes de média tensão.

As perdas não técnicas correspondem à energia consumida e não faturada devido a fraudes, ligações clandestinas, deficiência em medição, erros de cadastro, dentre outros, e são normalmente expressas em relação ao mercado faturado de baixa tensão (base adotada pela Aneel).

Buscando acelerar a redução dos níveis de perdas não técnicas, a Companhia realizou 484 mil inspeções em unidades consumidoras em todo o estado de Minas Gerais, o que representa um aumento de 58% em relação à quantidade física de inspeções realizadas em 2019.

Importante destacar que a Companhia, por meio do Centro Integrado de Medição, realiza o monitoramento remoto dos grandes clientes cativos e livres em alta, média e baixa tensão (total de 220 clientes em alta tensão, cerca de 15.000 clientes de média tensão e 25.000 clientes de baixa tensão), o que representa a blindagem de cerca de 60% da energia faturada da Companhia. Tal blindagem visa identificar e prevenir tentativas de realização ou reincidência de fraude nos sistemas de medição.

Para 2021, estão previstas uma série de medidas adicionais para redução expressiva das perdas não técnicas, buscando o enquadramento regulatório, que incluem, dentre outras, a manutenção de um nível alto de inspeções de consumidores, com substituição de medidores obsoletos, e recadastro de 1,2 milhão de pontos de iluminação pública.

Balanço energético

As perdas totais de energia sobre a energia requerida manteve-se estável no exercício de 2020 em comparação a 2019, conforme demonstrado a seguir:

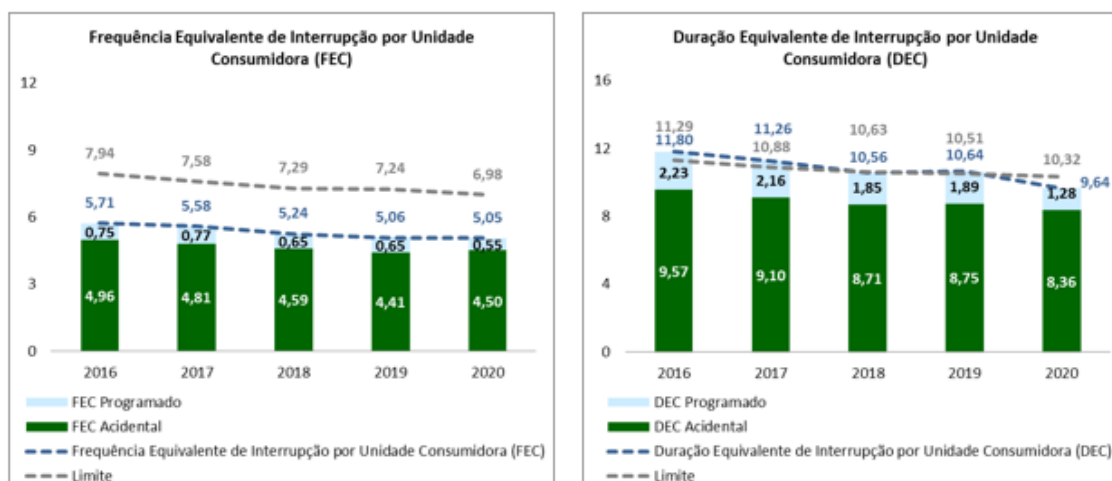
Em MWh	2020	2019	2018	2017	2016
Venda de energia	25.357.962	25.600.022	25.541.016	25.382.187	26.243.268
Fornecimento	25.357.962	25.600.022	25.229.870	25.053.444	25.885.245
Suprimento p/ agentes distribuição	-	-	311.146	328.743	358.024
Consumidores Livres / Dist. / Ger.	20.195.618	19.350.933	18.974.453	17.409.500	16.928.493
Mercado atendido	45.553.580	44.950.955	44.515.469	42.791.687	43.171.762
Perdas na rede básica	466.904	508.504	500.011	508.371	524.805
Perdas na distribuição	6.545.110	7.004.818	6.861.882	7.017.378	6.198.632
Perdas técnicas	4.566.971	4.414.282	4.544.665	4.783.554	4.383.053
Perdas não técnicas - PNT	1.978.139	2.590.536	2.317.217	2.233.824	1.815.579
PNT / energia requerida total %	3,76%	4,94%	4,47%	4,44%	3,63%
Perdas totais - PT	7.012.014	7.513.322	7.361.893	7.525.749	6.723.437
PT / energia requerida total %	13,34%	14,32%	14,19%	14,95%	13,45%
Energia requerida total	52.565.594	52.464.277	51.877.362	50.317.436	49.895.199

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

Os gráficos abaixo mostram a evolução contínua do indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) ao longo dos anos, tendo sido apurado o valor de 5,05 em 2020. O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), obteve em 2020 o melhor resultado da história de nossa Empresa, realizando 9,64 (horas) frente ao limite de 10,32 (horas).

Esses resultados devem ser comemorados e evidenciam a eficácia na aplicação dos recursos, assim como, o compromisso com a melhoria contínua e atendimento aos clientes.



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

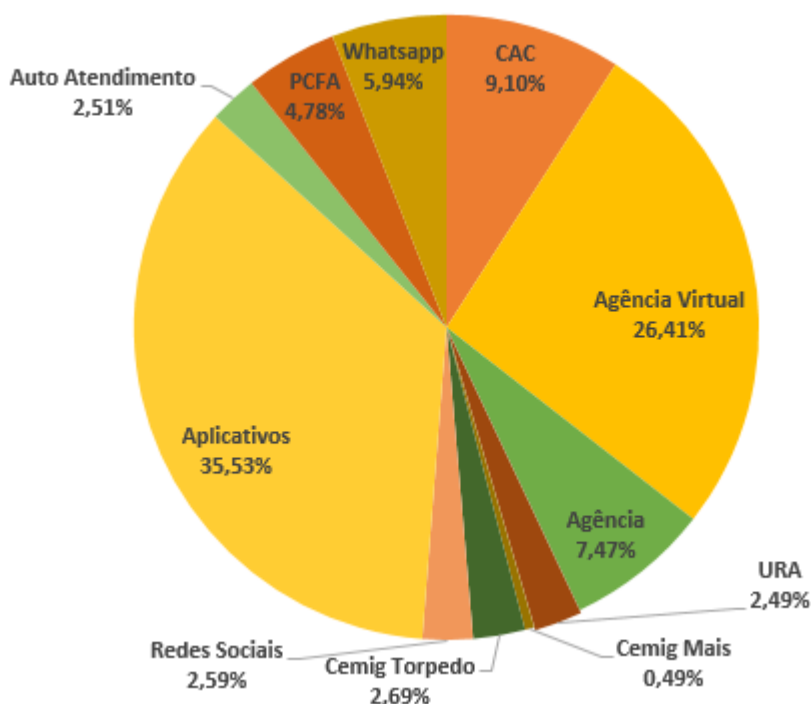
A Cemig D está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, por meio das 142 agências e 635 postos de atendimento.

O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twitter). O número de contatos registrados em 2020 foi de 11,32 milhões.

Além do seu site, com mais de 21 milhões de contatos em 2020, a Companhia possui canais de atendimento pelo WhatsApp e Telegram, para os seus principais serviços. Também destacamos o aplicativo “Cemig Atende”, disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e iOS, que registrou 28,4 milhões de contatos em 2020.

No total, a Companhia teve cerca de 80 milhões de atendimentos em 2020, por meio dos seus diversos canais.

Segue abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais de atendimento no ano de 2020:



Transformação Digital

A Cemig e a IBM celebraram uma parceria estratégica para transformar o relacionamento com os mais de 8,6 milhões clientes no Estado de Minas Gerais.

Será desenvolvida uma operação *omnichannel*, ou seja, convergência dos canais de atendimento existentes - telefone, totem, WhatsApp, site, Telegram, SMS e APP Cemig - que proporcionarão um atendimento cognitivo e integrado entre as várias plataformas utilizadas pelos clientes. Será possível a mudança de canal de atendimento sem perda da jornada já realizada até o momento da troca de canal. Exemplo: começa no WhatsApp, muda para assistente cognitivo de voz para esclarecimento de dúvidas ou para o APP para digitalização de documentos pessoais ou da instalação.

O uso das interfaces de todos os canais, e os processos relativos ao atendimento de solicitações do cliente serão revistos, otimizados e simplificados, trazendo uma notável melhoria ao atendimento dos clientes.

Importante ressaltar que o atendimento presencial aos clientes será mantido, com equipes capacitadas e treinadas, perseguindo níveis de excelência e contando com uma plataforma de soluções tecnológicas que tornará o atendimento presencial mais ágil e completo, propiciando menos tempo na agência.

As mudanças ocorrem de maneira gradual e contínua. Já no final do primeiro semestre de 2021, os clientes começam a perceber e ter a nova experiência. As grandes inovações acontecerão nos meses seguintes deste ano e durante o ano de 2022.

Estamos inovando e reforçando o nosso compromisso de sermos mais digitais, mais ágeis, mais tecnológicos e mais próximos dos nossos clientes.

Satisfação do consumidor

Como referência do trabalho realizado pela Concessionária para a melhoria no atendimento aos seus clientes, destacamos o Prêmio ISQP – Índice de Satisfação da Qualidade Percebida, realizado pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), que possui periodicidade anual.

O resultado foi divulgado no final do mês de setembro de 2020, no qual atingimos 78,9% de índice de satisfação, superior em 5,8% ao valor apurado no ano anterior, fato este que indica estarmos no caminho certo, em nossa busca da melhoria contínua no atendimento aos nossos clientes.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Efeitos da Pandemia Covid-19 sobre as nossas operações

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a disseminação do Covid-19 como pandemia. Esse cenário fez com que as autoridades governamentais adotassem o distanciamento físico como medida de contenção da disseminação do vírus, o que impactou negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, desacelerando e/ou interrompendo suas cadeias de suprimentos, gerando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. Também foram implementadas diversas medidas governamentais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento da crise.

Em resposta ao cenário anunciado, a Companhia criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de tomar decisões para mitigar os efeitos da pandemia, proteger seus colaboradores e clientes e assegurar a prestação de seus serviços.

Os impactos da pandemia de Covid-19 estão divulgados em maiores detalhes na nota explicativa nº 1.1 – Contexto Operacional, dessas demonstrações contábeis regulatórias. Apesar dos impactos da pandemia nos negócios da Companhia em 2020, não se espera impactos significativos no longo prazo.

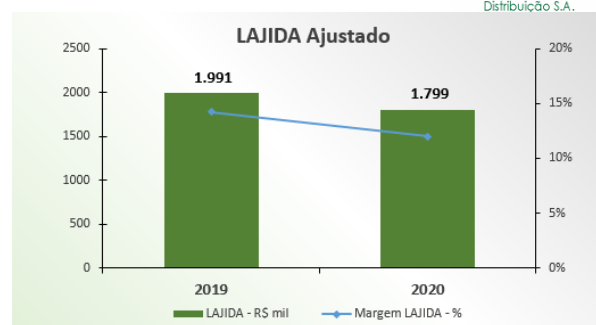
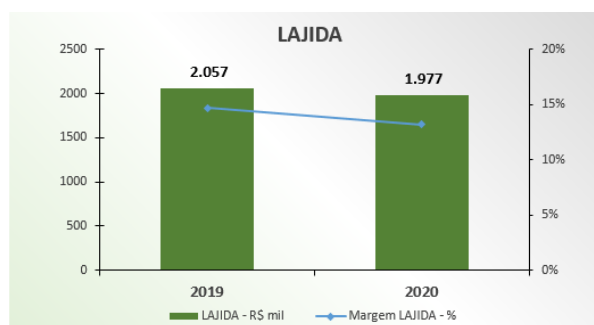
Resultado do exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2020, lucro de R\$966 milhões em comparação a R\$1.493 milhões no exercício de 2019. As principais variações na comparação dos resultados de 2020 e 2019 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$ milhões	2020	2019	Var %
Lucro líquido do exercício	966	1.493	(35,30)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	309	728	(57,55)
Resultado financeiro líquido	(29)	(928)	(96,88)
Amortização	731	764	(4,32)
= Lajida (1)	1.977	2.057	(3,89)
Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	(830)	-
Reversão das perdas esperadas com créditos do Estado de Minas Gerais (líquida das constituições)	(178)	-	-
Provisões Tributárias - INSS s/ PLR	-	764	-
= Lajida ajustado (2)	1.799	1.991	(9,63)

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis regulatórias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinários.



O Lajida diminuiu 3,89% em 2020 em comparação a 2019, enquanto a margem do Lajida passou de 14,70% em 2019 para 13,19% em 2020. O Lajida Ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes diminuiu 9,63% no exercício de 2020, em comparação ao exercício de 2019, enquanto a sua margem passou de 14,23% em 2019 para 12,00% em 2020.

A redução do Lajida em 2020 decorre, principalmente, do aumento de 10,96% nos custos não gerenciáveis, compensado parcialmente pelo aumento de 7,12% na receita líquida do exercício.

A redução do Lajida Ajustado, no entanto, decorre, principalmente, do aumento de 18,04% nos custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluídos os efeitos não recorrentes, que foi parcialmente compensado pelo aumento de 13,87% na receita líquida, excluído o efeito não recorrente do reconhecimento, em 2019, de receita referente a ICMS sobre PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$830 milhões.

Receita operacional

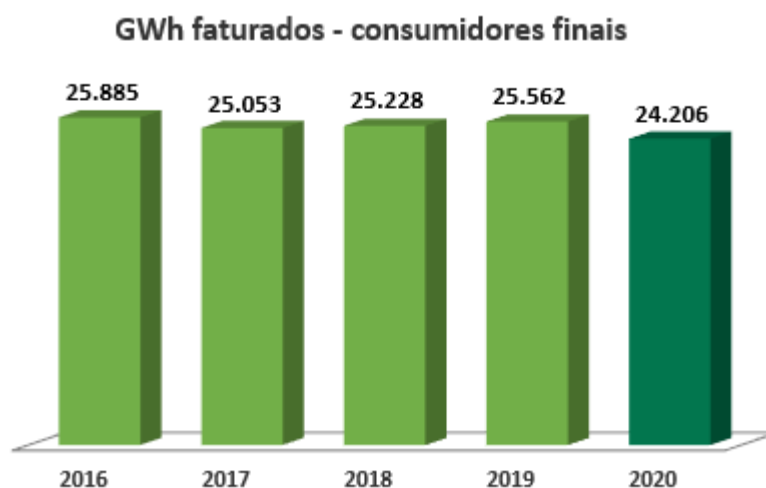
A composição da receita da Companhia é conforme segue:

Receita Bruta	R\$ Mil	
	2020	2019
Fornecimento faturado	10.905	11.195
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	266	-
Suprimento faturado	236	-
Energia elétrica de curto prazo	-	(6)
Uso da rede elétrica de distribuição faturado	11.300	11.401
Consumidores cativos	8.254	8.654
Consumidores livres	3.046	2.747
Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado	468	176
Fornecimento não faturado	13	118
Constituição e amortização – ativos financeiros setoriais	455	58
Serviços cobráveis	11	17
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	1.374	1.248
Total	24.560	24.031

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica (compreende a receita de fornecimento faturado e não faturado e receita com consumidores cativos e livres) foi de R\$22.673 milhões em 2020, em comparação a R\$22.772 milhões em 2019. Os principais impactos na receita em 2020 decorrem dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 8,73%, aplicável a partir de 28 de maio de 2019 (efeito integral até 30 de junho de 2020);
- redução de 5,30% no volume de energia vendida para consumidores finais.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:



Composição do fornecimento por classe de consumo	GWh*		
	2020	2019	Var %
Residencial	10.981	10.538	4,20
Industrial	1.773	2.383	(25,60)
Comércio, serviços e outros	4.384	5.215	(15,93)
Rural	3.749	3.792	(1,13)
Poder público	714	905	(21,10)
Iluminação pública	1.243	1.357	(8,40)
Serviço público	1.362	1.372	(0,73)
Total	24.206	25.562	(5,30)

*Informações sobre GWh não são auditadas pelos auditores independentes.

As principais variações na quantidade de energia vendida, por classe de consumo, são:

- redução de 25,60% na quantidade de energia vendida para os consumidores industriais, em função, principalmente, da migração de consumidores cativos dessa classe para o ambiente livre e também da reclassificação de consumidores para as classes comercial e residencial;
- redução de 15,93% na quantidade de energia vendida para a classe de comércio e serviços, em função, principalmente, dos efeitos da pandemia de Covid-19, com estabelecimentos comerciais e de serviços não essenciais total ou parcialmente fechados ou com atividades presenciais reduzidas, além da expressiva migração de consumidores para o mercado livre e para a mini e microgeração distribuída;

- redução de 21,10% na quantidade de energia vendida para os consumidores do poder público, principalmente, devido aos efeitos da pandemia de Covid-19, com as instituições de ensino com aulas presenciais suspensas e os órgãos públicos com atividades presenciais reduzidas ou paralisadas;
- aumento de 4,20% na quantidade de energia vendida para consumidores residenciais, principalmente pelo crescimento de 2,1% no número de consumidores nesta classe, bem como aumento no consumo médio mensal devido ao maior tempo de permanência das pessoas nas residências durante a pandemia de Covid-19.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2020, essa receita correspondeu ao montante de R\$3.046 milhões, comparada a R\$2.747 milhões em 2019, representando um aumento de 10,88%.

Esta variação decorre, principalmente, do reajuste tarifário anual da Companhia, de 15,47%, aplicável a partir de 28 de maio de 2019 (efeito integral em 2020), somados aos impactos do reajuste tarifário anual da Companhia, aplicável a partir de 30 de junho de 2020, de 5,74% para os consumidores livres.

Adicionalmente, verificou-se um aumento de 4,42% da energia transportada no exercício de 2020, em comparação ao exercício anterior.

	GWh		
	2020	2019	Var %
Industrial	18.612	17.723	5,02
Comercial	1.300	1.320	(1,52)
Rural	32	17	88,24
Concessionárias	315	342	(7,89)
Total de energia transportada	20.259	19.402	4,42

Ativos financeiros setoriais

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis regulatórias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, em que se destacam a conta de desenvolvimento energético (CDE) e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

Em 2020, foi reconhecida uma receita no montante de R\$455 milhões, em comparação ao montante de R\$58 milhões reconhecidos em 2019. Este aumento na constituição de receitas de CVA em relação ao exercício anterior deve-se, principalmente, ao aumento nos custos com compra de energia de Itaipu, indexada ao dólar, e custo de transmissão em percentuais superiores aos valores que foram reconhecidos na tarifa.

Esta variação decorre também dos menores custos com energia em 2019, em relação a 2018, devido ao aumento do GSF, o que representa menor exposição da Companhia ao risco hidrológico, aliado à redução do PLD médio em relação ao mesmo período do ano anterior, o que gerou um menor ativo financeiro a ser repassado à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Vide mais informações na nota explicativa nº 13 das demonstrações contábeis regulatórias.

Receita com Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) alcançaram o montante de R\$234 milhões no exercício de 2020, referentes a ofertas de energia realizadas pela Companhia no final de 2019. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

O reconhecimento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS em 2019, no montante de R\$830 milhões, resulta do êxito em ação na qual a Companhia questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos a julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 9a destas demonstrações contábeis regulatórias.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$9.573 milhões em 2020 comparados a R\$10.041 milhões em 2019, representando redução de 4,66%, decorrente, principalmente, dos fatores destacados a seguir:

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas.

Os encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias foram de R\$149 milhões em 2020, em comparação a R\$294 milhões em 2019, representando uma redução de 49,32%.

Esta variação decorre do acionamento da bandeira amarela somente para os meses de dezembro de 2019 (com impacto no faturamento de janeiro de 2020) e janeiro de 2020, não havendo acionamento de bandeira nos demais meses do ano. A Aneel suspendeu, em caráter excepcional e temporário, a aplicação sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias e fixou bandeira verde em 2020, até o final do ano.

Em 2019, foi acionada bandeira amarela nos meses de maio, julho e outubro (com impacto nos faturamentos de junho, agosto e novembro de 2019, respectivamente), e bandeira vermelha em agosto e setembro de 2019, o que fez com que os encargos do ano ficassem maiores.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos não gerenciáveis – parcela “A”

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$8.161 milhões em 2020 comparada a R\$7.517 milhões em 2019, um crescimento de 8,57%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 39,26% nas despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo de R\$1.990 milhões no exercício de 2020, comparadas a R\$1.429 milhões no exercício de 2019, justificado, principalmente, pelo aumento de 31,8% do dólar médio nos exercícios comparados (R\$5,23 no exercício de 2020 e R\$3,97 em 2019) e pelo aumento no preço em dólar da energia, sendo US\$28,41/KW para o exercício de 2020 comparado a US\$27,71/KW para 2019;
- aumento de 10,35% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$3.369 milhões no exercício de 2020, comparadas a R\$3.053 milhões no exercício de 2019. Esse aumento decorre, basicamente, do incremento no volume de energia adquirida;
- aumento de 227,54% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$678 milhões em 2020 comparadas a R\$207 milhões em 2019. Essa variação decorre do aumento do número de instalações geradoras (63.845 em dezembro de 2020, comparada a 31.172 em dezembro de 2019) e do aumento na quantidade de energia injetada (1.008.589.663 MWh no exercício de 2020, comparado a 412.290.475 MWh em 2019);
- redução de 40,47% nas despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$1.056 milhões em 2020, comparadas a R\$1.774 milhões em 2019. O resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Essa redução decorre, principalmente, da redução de 22,06% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$177,00/MWh no exercício de 2020 comparado a R\$227,10/MWh em 2019, aliada à posição credora assumida pela Companhia em todo o exercício de 2020, que, em decorrência da redução do consumo verificada pelo atual contexto de pandemia de Covid-19, se tornou superior à posição assumida em 2019.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 24 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Encargos de uso da rede básica de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.799 milhões em 2020, comparados a R\$1.459 milhões em 2019, representando um aumento de 23,30%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada se justifica, principalmente, pelo reajuste anual dos encargos de uso da rede básica, normalmente realizado no mês de julho de cada ano, que representou um aumento de aproximadamente 27,4% em 2020, comparado com 2019.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 24 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Custos gerenciáveis – parcela “B”

Os custos gerenciáveis – parcela “B” foram de R\$3.780 milhões em 2020 em comparação a R\$3.723 milhões em 2019, representando um aumento de 1,52%. Os itens que apresentaram as maiores variações estão apresentados abaixo:

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$497 milhões em 2020 comparadas a R\$1.148 milhões em 2019, representando uma redução de 56,71%. As principais variações que explicam essa variação são:

- redução de 94,69% nas provisões para contingências tributárias, que apresentou constituição líquida de R\$41 milhões no exercício de 2020, em comparação a R\$772 milhões em 2019. Esta variação se deve, basicamente, aos valores registrados em 2019, no montante de R\$764 milhões, referentes às ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR) sem a pactuação prévia das metas de indicadores de produtividade. Mais detalhes na nota explicativa nº 20 destas demonstrações contábeis regulatórias;

- redução de 56,52% nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$40 milhões no exercício de 2020, em comparação a R\$92 milhões em 2019. A redução dessas provisões decorre, principalmente, dos efeitos estimados pela decisão do STF, na qual definiu-se que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da Taxa Referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral;
- aumento de 78,26% nas provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R\$41 milhões no exercício de 2020, em comparação a R\$23 milhões em 2019. Esta variação decorre, principalmente, do provisionamento de processos relativos à responsabilidade civil, os quais discutem o pagamento de indenizações por danos morais, materiais e estéticos devido a acidentes que envolveram a rede elétrica operada pela Companhia;
- Aumento de 47,32% nas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que apresentaram constituição líquida de R\$358 milhões no exercício de 2020, em comparação a R\$243 milhões em 2019. Esta variação é justificada pelo impacto da pandemia de Covid-19 sobre a economia e o poder de compra dos consumidores, somado às medidas adotadas pela Aneel e Governo de Minas, limitando o emprego das ferramentas de cobrança, em especial, a suspensão do fornecimento. Mais informações vide nota explicativa nº 8 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2020 foi uma receita financeira de R\$29 milhões comparada a uma receita financeira líquida de R\$928 milhões em 2019. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 97,58% na receita com atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins, sendo R\$25 milhões no exercício de 2020, comparada a R\$1.034 milhões em 2019. Essa variação decorre do reconhecimento, em 2019, da atualização monetária dos créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, conforme nota explicativa nº 9a destas demonstrações contábeis regulatórias;
- aumento de 56,04% na despesa de variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures, tendo sido de R\$142 milhões no exercício de 2020, comparada a R\$91 milhões em 2019. Essa variação deve-se, principalmente, ao crescimento do estoque médio anual da dívida lastreada ao IPCA de 2019 para 2020, em função da 2ª série da 7ª emissão de debêntures em julho de 2019;

- redução de 69,52% no resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo uma receita financeira de R\$32 milhões em 2020, comparada a R\$105 milhões em 2019. Essa variação se deve, basicamente, à queda da taxa Selic, indexador do saldo, atrelada ao menor valor homologado no reajuste tarifário de 2020, em relação ao valor homologado no ano anterior.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 das demonstrações contábeis regulatórias.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, em 2020, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$309 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$1.275 milhões.

Em 2019, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$728 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$2.220 milhões.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 11 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$659 milhões, em comparação a R\$234 milhões em 31 de dezembro de 2019, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2020 totalizou R\$5.394 milhões comparado a uma geração de caixa líquido de R\$1.144 milhões em 2019. Essa maior geração de caixa em 2020 decorre, principalmente, dos valores recebidos no ano, referentes à Conta-Covid, de R\$1.404 milhão, além dos valores levantados de depósitos judiciais referentes à ação do PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, no valor de R\$1.186 milhões. Adicionalmente, em 2020 a Companhia iniciou a compensação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com os impostos federais a pagar, o que fez com que ocorresse menor saída de caixa para pagamento de impostos, tendo sido de R\$38 milhões em 2020, comparados a R\$894 milhões pagos em 2019.

Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2020 e 2019 totalizou, respectivamente, R\$3.819 milhões e R\$548 milhões. Os investimentos em ativos da concessão foram de R\$1.353 milhões em 2020 na comparação com R\$916 milhões em 2019. Adicionalmente, ocorreu uma aplicação líquida de recursos em títulos e valores mobiliários de R\$2.466 milhões em 2020 na comparação aos resgates líquidos de R\$368 milhões em 2019.

Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento em 2020 totalizou R\$1.150 milhões, comparado ao caixa consumido de R\$813 milhões em 2019. O consumo de caixa pelas atividades de financiamento em 2020 e 2019 decorre, basicamente, do pagamento de empréstimos e financiamentos em montante superior às novas captações de recursos.

Política de captação de recursos e gestão da dívida

Em 2020, sobretudo após o primeiro trimestre, com o agravamento da crise e incertezas ocasionadas pela pandemia de Covid-19, o mercado de dívida local mostrou-se mais seletivo, com menor profundidade e *spreads* maiores, cenário que mudou gradativamente, alcançando melhores condições ao longo do quarto trimestre.

Em meio a este cenário, a Cemig demonstrou resiliência e liquidez adequada para enfrentar a crise, observou variações discretas no seu mercado e na inadimplência, e ainda, se beneficiou de eventos de liquidez, como o levantamento de recursos depositados em garantia judicial e o recebimento da Conta-Covid, não efetuando captações diretamente em suas subsidiárias Cemig D e Cemig GT. Ao contrário, a Cemig D amortizou um volume significativo de dívida em 2020, totalizando R\$812 milhões.

Corroborando os avanços descritos acima, vale destacar que as principais agências internacionais de classificação de risco continuaram o processo de elevação dos *ratings* da Cemig e suas subsidiárias, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da sua qualidade de crédito, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento de Lajida, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo.

Em 2020, a Moody's elevou o rating da Cemig na escala nacional para A1 e o da escala global para Ba3, sendo que a Fitch elevou o rating da Cemig na escala nacional para AA- e o da escala global para BB-. Dando sequência à esta percepção de melhoria das agências, já em janeiro de 2021, a Standard & Poor's elevou o rating da Cemig na escala nacional para BB- e o da escala global para AA+.

A tabela a seguir apresenta a posição de *rating* da Cemig nas três principais agências:

Fitch		Grau de investimento											Grau Especulativo								
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D
	dez - 19																				
	dez - 20																				

Moody's		Grau de investimento											Grau Especulativo									
Nacional	Global	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C
	dez - 19																					
	dez - 20																					

S&P		Grau de investimento											Grau Especulativo										
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D
	dez - 19																						
	dez - 20																						

Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na nota explicativa nº 17 destas demonstrações contábeis regulatórias.

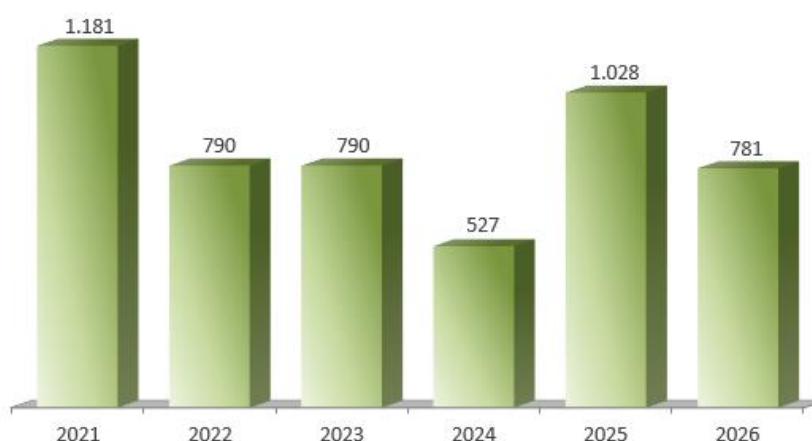
A Companhia conta com *covenants* financeiros restritivos, atrelados à 7ª emissão de debêntures, que limitam a capacidade de endividamento da Cemig D e da Cemig, como garantidora. A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desinvestimento da *holding* e consequente desalavancagem, bem como de eficiência operacional, assegurarão o cumprimento desses *covenants* financeiros.

O endividamento da Cemig D, em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$5.097 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 3,4 anos.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

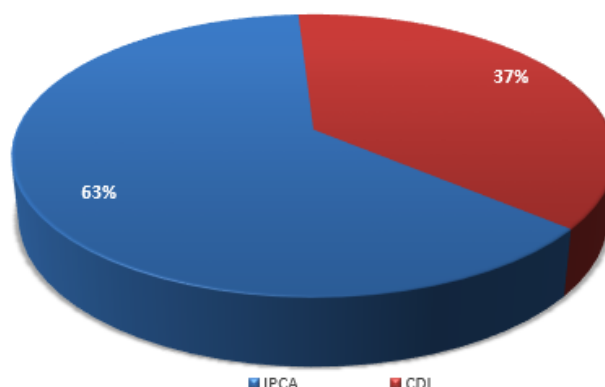
Cronograma de Amortizações da Dívida

Posicionamento em Dezembro/2020 (R\$ milhões)



A composição da dívida da Cemig D é reflexo das fontes de recursos à sua disposição, onde se percebe uma participação expressiva de dívida referenciada ao IPCA, principalmente em função da 7ª emissão de debêntures. O custo médio da dívida da Cemig D é de 2,40% a.a. a preços constantes e de 7,02% a.a. em custo nominal.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2020



INVESTIMENTOS

Os investimentos em distribuição, no ano de 2020, somaram aproximadamente R\$1.270 milhões, sendo R\$413 milhões e R\$857 milhões nos sistemas de alta e baixa/média tensão, respectivamente.

A Cemig D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico do Grupo Cemig, com a expectativa de investimentos entre R\$2 bilhões e R\$2,5 bilhões ao ano, o que terá reflexos positivos na base de remuneração regulatória da Cemig D e consequente aumento da receita.

Esse maior investimento também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica e redução dos custos com manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2020				
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Realizado	Realizado	Realizado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
AlS Bruto	848.916	810.688	889.981	1.411.687	2.173.088	2.019.414	1.377.930	1.369.307
Transformador de Distribuição	240.116	92.404	90.803	74.915	74.915	74.915	74.915	74.915
Medidor	64.191	84.101	152.822	98.796	171.509	109.985	90.152	91.368
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	498.906	491.432	563.032	550.359	558.884	1.049.189	798.209	791.494
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	25	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (69 kV)	4.821	-	4.474	4.546	500	7.980	-	15.840
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	16.031	24.282	4.205	245.972	563.874	267.766	164.996	124.631
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	56	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	16	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	604	7.842	1.921	2.498	2.346	10.232	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	16.622	101.630	69.425	399.356	777.990	488.676	240.787	260.388
Demais Máquinas e Equipamentos	7.526	8.997	3.299	35.245	23.070	10.671	8.871	10.671
Obrigações Especiais do AlS Bruto	(2.502.260)	(164.348)	(207.024)	(410.325)	(371.593)	(366.894)	(370.608)	(381.758)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(2.498.781)	(164.348)	(207.024)	(410.325)	(371.593)	(366.894)	(370.608)	(381.758)
Outros	(3.479)	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	(3.479)	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(3.479)	-	-	-	-	-	-	-

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO SOCIETÁRIO

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se em 30 de abril de 2021, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido societário de 2020, no montante de R\$1.202 milhões:

- R\$59 milhões para a constituição de reserva legal;
- R\$348 milhões para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”), declarados em 22 de setembro e 23 de dezembro de 2020, a serem pagos em duas parcelas, sendo R\$286 milhões até 30 de dezembro de 2021 e R\$62 milhões em 2022;
- R\$17 milhões sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2020 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$778 milhões sejam retidos no patrimônio líquido para utilização, basicamente, no programa de investimentos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de nove integrantes efetivos, sendo oito indicados e eleitos pelos acionistas e um integrante eleito pelos empregados. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. Em 2020, foram realizadas 21 reuniões da Cemig D para deliberações e apresentações sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, dentre outros.

O Comitê de Auditoria é órgão colegiado de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração, tendo como funções o exercício de auditoria e fiscalização sobre a qualidade e integridade das demonstrações contábeis regulatórias, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria interna e independente. É composto por quatro integrantes, com mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição. Em 2020, foram realizadas 42 reuniões do Comitê de Auditoria.

O Conselho Fiscal é órgão permanente e constituído por cinco integrantes efetivos e respectivos suplentes, eleitos para mandato de dois anos, sendo permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas. Em 2020, foram realizadas 16 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de independência e objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2017, a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias da Companhia é a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia são apresentados abaixo:

Serviços	2020	% em relação à auditoria	2019	% em relação à auditoria
Auditoria de demonstrações financeiras	1.735	100	1.449	100
Auditoria de obrigações acessórias no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)	235	13,53	220	15,18
Total	1.970		1.669	

Os serviços de auditoria de obrigações acessórias no SPED foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria de demonstrações financeiras, sendo restritos à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflitos de interesses.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, deve ser obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

AUDITORIA INTERNA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como processo integrante das práticas de Governança Corporativa da Cemig, a gestão de riscos corporativos tem como objetivo geral construir uma estrutura capaz de prover informações relevantes à Alta Administração para apoiar a tomada de decisão, criando e protegendo valor para a Companhia. O processo de gerenciamento de riscos permite administrar propriamente os riscos dos objetivos de negócios, permitindo influenciar e alinhar estratégia e performance em todas as áreas da empresa.

Mantendo o ciclo de atualização no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2020, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a Matriz de Riscos Corporativos - *Top Risks* vigente para o exercício.

Tais riscos, associados à execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesses, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores da Companhia, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração.

Ainda, a matriz de controles internos é revisada e aprovada anualmente, e os controles são testados e monitorados pela Gerência de Riscos e Controles Internos da Companhia e reportados periodicamente aos Conselhos da Administração e Fiscal e Comitê de Auditoria.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Política Antifraude

A Companhia possui como política a vedação de doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política se aplica à Cemig e suas subsidiárias integrais e controladas e está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, “Lei das Eleições”, de 30 de setembro de 1997, alterada pela Lei Federal 13.487, de 06 de outubro de 2017.

A Companhia dispõe também de Canal de Denúncias Anônimas, Ouvidoria e Comissão de Ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos afetos às suas operações. Todas as denúncias são avaliadas, e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes. O Canal de Denúncias da Cemig preserva o anonimato dos denunciantes.

Ataque cibernético

Em 25 de dezembro de 2020, a Companhia, bem como o grupo econômico em que está inserida, sofreram um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária de suas operações.

Nesse contexto, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e contratações de recursos especializados para as equipes. Como parte das ações, foram tomadas medidas para combater o acesso e eventual uso indevido dos dados, incluindo investigações e auditorias dos sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, foram mitigados incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis por terceiros.

Adicionalmente, foi realizada auditoria e avaliação forense do ataque sofrido e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Em 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende basicamente eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cujo processo de investigação está sendo conduzido por um novo Comitê Especial de Investigação – CEI, com apoio de assessoria especializada.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O setor de energia elétrica no mundo está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Todas essas transformações afetam diretamente o setor energético e representam ao mesmo tempo ameaças e oportunidades para uma empresa como a Cemig. São mudanças que podem ser agrupadas em torno de três tendências, denominadas “3D”: 1) **D**igitalização, 2) **D**escarbonização e 3) **D**escentralização que colocam novos tipos de demandas sobre o setor elétrico, vindas da sociedade, de outros setores da economia e do próprio governo, através de suas agências regulatórias.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig D implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, de modo a:

- construir editais para captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia;
- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo.

Ao longo de 2020, foram executados seis projetos contratados em 2019, resultantes de um edital específico associado aos “3D”, denominado Cemig 4.0, com encerramento esperado para 2021, contemplando as seguintes iniciativas:

- Gestão Inteligente da cadeia de fornecedores;
- Inteligência na experiência do usuário;
- Gestão de Ativos;
- Recursos energéticos distribuídos;
- Centro de Operação da Distribuição do Futuro.

Em 2020, a Cemig Distribuição investiu mais de R\$20,5 milhões, em 41 projetos de P&D, em diversos temas, destacando-se os seguintes projetos:

- Desenvolvimento de redes sinérgicas para aplicações em redes de distribuição de energia;
- Desenvolvimento de metodologia para avaliação de árvores urbanas quanto ao risco de queda utilizando Radar de Penetração no Solo (GPR);
- COD do Futuro - Plataforma hyper-vision de consciência situacional espaço-tempo integrada, baseada em Inteligência Artificial para Operação da Distribuição.

Programa de Eficiência Energética

A Companhia, historicamente, por meio do Programa de Eficiência Energética, desenvolve projetos em todas as áreas da sociedade com o objetivo de orientar a população sobre o uso correto e consciente da energia elétrica.

O Programa de Eficiência Energética da Cemig D mantém um grande número de projetos em execução, chegando a 42 iniciativas em execução no final do ano de 2020. Compõem este portfólio projetos advindos das Chamadas Públicas realizadas anualmente pelo programa e também projetos construídos diretamente pela Companhia.

Em 2020, o programa investiu aproximadamente R\$50 milhões em projetos de eficiência energética em toda a área de concessão da Cemig D, além da disponibilização de mais R\$36,6 milhões em novo processo de Chamadas Públicas a fim de selecionar propostas para a composição do portfólio de projetos a ser financiado em 2021.

As ações do programa visam sempre a eficiência energética associada à responsabilidade social e inovação, alinhadas a objetivos estratégicos do negócio da Cemig D, com destaque para atuação em hospitais, entidades filantrópicas, escolas, comunidades de baixa renda e instalações do poder público.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2020 são:

Programa de subvenção e apadrinhamento: O programa de apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente, via depósito bancário. Em 2020, cerca de 225 instituições receberam aproximadamente R\$60 milhões em doações.

Programa Al6%: o programa incentiva empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2020 do Al6% envolveu a participação de 1.548 empregados que, voluntariamente, destinaram R\$1,2 milhão, com o intuito de beneficiar cerca de 23.600 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 163 instituições. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Companhia foi de aproximadamente R\$890 mil. No total, foram destinados R\$2,1 milhões para entidades distribuídas em 85 municípios da área de influência da Cemig.

Programa de Voluntariado Empresarial: o programa engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

O Programa Você tem como finalidade estimular e difundir a solidariedade e o trabalho voluntário dos empregados, a fim de promover o desenvolvimento humano e contribuir com o bem-estar das comunidades onde atua. O Programa está estruturado para potencializar as ações do voluntariado em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social. Com esse objetivo a Cemig vem investindo em projetos que beneficiam jovens de comunidades, alunos de escolas públicas e mulheres em situação de risco social.

Diante do isolamento social trazido pela pandemia de Covid-19, a Cemig, com a premissa de priorizar projetos sem contato físico e aglomerações, reinventou suas ações de voluntariado com o intuito de continuar a contribuir com ações que colaborassem com a redução das desigualdades. Assim começou a adequar seus projetos para ações digitais.

Dia V - Gincana online: O Dia V é um tradicional evento que acontece desde 2001, realizado pelo Grupo Cemig. O evento é voltado para a mobilização e o incentivo à realização de ações solidárias, que acontece todo ano em uma comunidade previamente selecionada. Devido à pandemia, o projeto foi adaptado para o formato online, por meio de uma gincana, respeitando o isolamento social. A gincana online foi uma competição saudável, voluntária e colaborativa em que foram realizados sete desafios, sendo um por semana, além de desafios extras, todos relacionados com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU.

A ação contou com a participação de 177 voluntários do Grupo Cemig, 1.102 voluntários convidados e 21.749 pessoas beneficiadas, entre elas idosos, mulheres com patologias, pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes. No total, foram 90 ações que beneficiaram 105 instituições parceiras, 2.683 horas de trabalho voluntário, 19.463 itens arrecadados (925,5 kg de alimentos) e R\$38 mil doados às organizações da sociedade civil.

Mentoria online: O programa teve como objetivo transformar a vida de jovens em vulnerabilidade social por meio de mentorias online com profissionais voluntários da Cemig. O voluntário/mentor foi conectado com um jovem em início de carreira e tratou de assuntos como planejamento de vida, metas e carreira; oficina de currículo e LinkedIn; preparação para entrevistas; *networking*; bolsas de estudo; finanças pessoais, entre outros. O programa durou três meses e foi voltado para jovens residentes de uma das comunidades de Belo Horizonte e da região de Grão Mogol/MG.

Desafio da Energia online: Realizado pelo Programa da Eficiência Energética Cemig/Aneel em parceria com o Você - Voluntariado Cemig, o Desafio da Energia se utiliza de uma metodologia inovadora por meio de ferramentas do *design thinking*, imersão, ideação e prototipagem. O programa era realizado presencialmente, mas passou por alterações para se adequar ao momento vivido com a pandemia, assim o projeto passou a ser 100% online, e nessa nova versão, beneficiou jovens estudantes da cidade de Itabira, São João Del Rei, Patos de Minas, Leopoldina, Montes Claros, João Monlevade, Alfenas, Iturama e Belo Horizonte.

Em 2020 participaram das ações 390 voluntários, totalizando 3.537 horas de atuação voluntária pela força de trabalho do Grupo Cemig. Houve também a participação de 1.108 voluntários convidados para participar nas ações da Companhia.

Projetos culturais e esportivos

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o comprometimento da Empresa com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do país. Em 2020, a Companhia destinou R\$12,6 milhões para patrocinar 25 projetos culturais.

Com o cenário da pandemia de Covid-19, a cultura foi um dos setores mais impactados, precisando reinventar suas atividades. Nesse sentido, a Companhia fortaleceu a divulgação de projetos de forma virtual por meio de uma agenda cultural divulgada nas redes sociais e enviada para os veículos de imprensa e rádio. Além disso, a Companhia apoiou mais de mil conteúdos disponibilizados por seus patrocinados nas redes, incluindo visitas virtuais, lives, música, cinema e teatro.

A Cemig patrocina os grandes nomes da cultura mineira: Fundação Clóvis Salgado, Instituto Inhotim, Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, Grupo Galpão, Grupo Corpo, entre outros expoentes da cultura mineira, e a qualidade dos conteúdos patrocinados pela Companhia nessa nova realidade virtual decorrente do distanciamento social rendeu várias indicações a prêmio e premiações a instituições e artistas.

Saúde

A Cemig atendeu, por meio do Programa de Eficiência Energética, 64 unidades hospitalares, com investimento de R\$9,5 milhões, envolvendo a substituição de autoclaves, secadoras e focos cirúrgicos, bem como a instalação de usinas fotovoltaicas.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lançou duas chamadas públicas em 2020 para selecionar projetos voltados à prática de esporte, aptos à captação de recursos via Leis Federal ou Estadual de Incentivo ao Esporte. Foram recebidos 189 projetos ao todo (109 do edital federal e 80 do edital específico), tendo sido destinados aproximadamente R\$4 milhões para os projetos mais bem avaliados.

Fundo do Idoso

A população acima dos 60 anos tem aumentado e a expectativa de vida também. Nesse contexto, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia, também, o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual dos Idosos do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Em 2020, foram lançados dois editais de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais. Foram recebidos 131 projetos (85 do edital federal e 46 do edital específico), tendo sido destinados aproximadamente R\$1,5 milhão para os projetos mais bem avaliados.

Recursos Humanos

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig Distribuição segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. A Cemig D vem apresentando uma redução no quadro de empregados nos últimos anos, passando de 5.394 empregados em 2016 para 3.955 em 2020, conforme apresentado no gráfico a seguir:



A Cemig, em 2020, por meio dos concursos públicos em vigor, viabilizou a admissão de 80 (oitenta) novos empregados na Cemig D, objetivando o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia, principalmente, em áreas essencialmente técnicas. Essa medida visa garantir a segurança operacional de atividades essenciais e ainda suportar as ações empresariais, viabilizando a busca contínua do aumento da produtividade e eficiência operacional.

Adicionalmente, foi aprovada uma alteração na política de pessoal que passou a permitir a contratação de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia, nos casos onde o processo de recrutamento externo se apresenta mais adequado, no limite de 40% dos cargos gerenciais. Importante ressaltar que a Companhia continuará a incentivar e priorizar o crescimento profissional dos seus empregados, valorizando a reconhecida capacidade técnica e comprometimento dos seus colaboradores.

Clima e Cultura Organizacional

Em fevereiro de 2020, a Cemig aplicou a Pesquisa de Engajamento e Clima, com o objetivo de conhecer os aspectos que evidenciam vínculo, conexão e engajamento, de forma a trazer objetividade a temas que possam vir a interferir no clima organizacional.

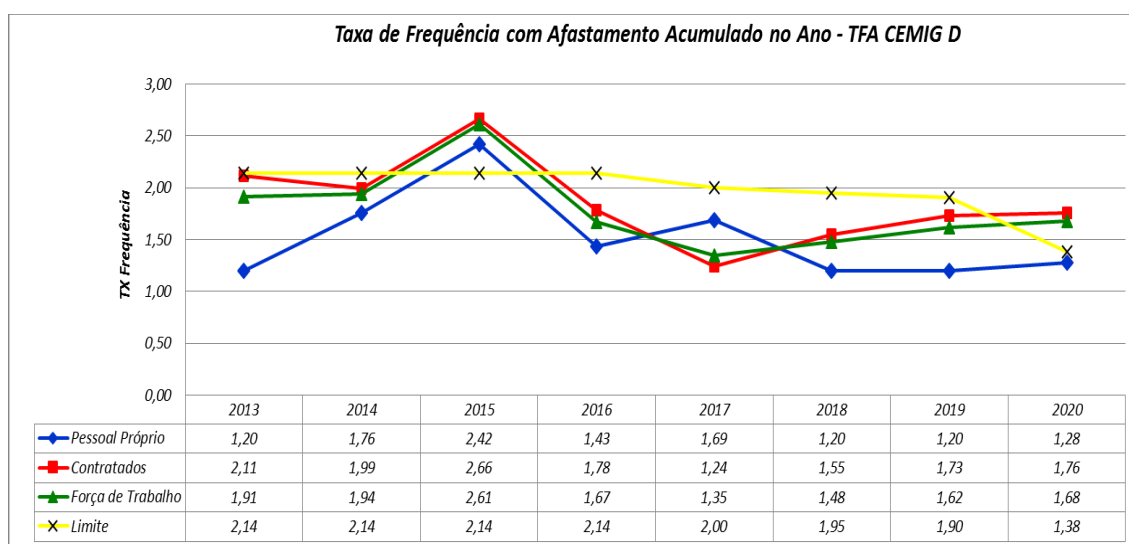
Com o objetivo de identificar e promover uma nova cultura que possibilite o atendimento das necessidades e obtenção dos resultados organizacionais, a Cemig iniciou, em junho de 2020, o Novas Energias, programa de potencialização cultural, que busca o desenvolvimento de comportamentos que ainda não estão sedimentados, mas que são fundamentais para levar a Cemig a ter um modelo de gestão mais atual, com resultados mais sustentáveis e perenes. Foi realizado, em julho de 2020, o mapeamento cultural, sendo possível identificar os pontos fortes da Companhia e também os principais desafios e metas a serem traçados nos próximos anos.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

O ano de 2020 foi atípico em função da pandemia que desde o mês de março alterou de forma significativa as condições de trabalho e a rotina das atividades na empresa, exigindo a adoção de uma série de protocolos para resguardar a saúde e integridade dos empregados de nossa força de trabalho.

O indicador medido da Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA) da força de trabalho da Cemig D veio decaindo continuamente nos últimos anos, atingindo em 2017 o menor índice historicamente já registrado na empresa. O encerramento de 2019 foi de 1,62 acidentados com afastamento por milhão de homens-horas trabalhados. Em dezembro de 2020, última apuração registrada, o indicador foi de 1,68 sinalizando uma elevação de 9,46% ao compararmos com o resultado registrado em 2019, e 21,74% acima do limite de 1,38.

Considerando esses resultados, a Companhia intensificou as suas ações na área de saúde e segurança, que envolvem toda a força de trabalho, com a revisão dos procedimentos de segurança, aumento de horas de treinamentos/reciclagem e discussões com os fornecedores, visando a melhoria dos indicadores de qualidade para o ano de 2021.



UniverCemig

A Cemig investe continuamente na gestão do conhecimento devido às especificidades do setor elétrico, com o intuito de manter sua força de trabalho capacitada e atualizada.

Nesse contexto, a universidade corporativa da Cemig (UniverCemig) é responsável por capacitar e desenvolver os empregados da Cemig, através da construção de soluções educacionais, ministração de treinamentos próprios, contratação de treinamentos terceirizados no país e no exterior e gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, a UniverCemig atua no mercado oferecendo treinamentos para outras empresas, principalmente empresas prestadoras de serviços para a Cemig Distribuição.

Em 2020, a UniverCemig iniciou a capacitação profissional de 45 novos empregados próprios, sendo 37 eletricitas, 6 técnicos e 2 engenheiros, capacitando também 198 empregados terceirizados em treinamentos de linha viva.

Foram também viabilizadas 2.017 participações em treinamentos técnicos presenciais para empregados próprios, totalizando 53.804 homem-hora treinados.

Destaca-se que os treinamentos disponibilizados no formato de ensino à distância (EAD) nesse período tiveram um papel muito importante, com um aumento considerável na demanda, sendo registradas 13.918 participações com 29.442 HHT (homem-hora treinado) em 22 cursos ofertados, entre eles os treinamentos de protocolo de saúde e segurança, uso seguro de energia, assédio moral e sexual e treinamento e adesão anual à Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional – 2020, todos disponibilizados aos empregados, conselheiros fiscais, de administração, contratados e estagiários.

A Cemig acredita que a capacitação de sua força de trabalho é fundamental para alcançar os objetivos estratégicos com sustentabilidade.

Meio ambiente

Em 2020, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$12,8 milhões. Os recursos foram aplicados em investimentos e despesas relativas ao cumprimento de obrigações e melhorias ambientais. A priorização e a alocação desses recursos são revistas periodicamente pelo Grupo de Acompanhamento do Plano de Adequação Ambiental.

Gestão de resíduos

Em 2020 foram encaminhadas para destinação final 39,2 mil toneladas de resíduos e sucatas, tendo sido praticamente toda a sua totalidade alienada ou reciclada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Diretor-Presidente
Marney Tadeu Antunes	Diretoria Cemig Distribuição
Leonardo George de Magalhães	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Paulo Mota Henriques	Diretoria sem denominação
Maurício Dall'Agnese	Diretoria Cemigpar
Dimas Costa	Diretoria Cemig Comercialização
Eduardo Soares	Diretoria de Regulação e Jurídica

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente (majoritário)	Não há
Vago (majoritário)	Não há
Cledorvino Belini (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhaes (majoritário)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
José João Abdalla Filho (preferencialistas)	Não há
Marcelo Gasparino da Silva (minoritários)	Não há
Paulo César de Souza e Silva (minoritários)	Não há
Marco Aurélio Dumont Porto (representante dos empregados)	Não há

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente) (majoritário)	Igor Mascarenhas Eto (majoritário)
Fernando Scharlack Marcato (majoritário)	Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva (majoritário)
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti (majoritário)	Fernando Passalio de Avelar (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
Cláudio Morais Machado (minoritários)	Carlos Roberto de Albuquerque Sá (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)	Não há
Márcio de Lima Leite	Não há
Roberto Tommasetti	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Luiz Nobre Ribeiro (Industrial)	José Ciro Motta
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem
José Geraldo de Oliveira Motta (Comercial)	Helton Andrade
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Ennia Rafael de Oliveira Guedes Bueno
Erick Nilson Souto (Poder Público)	Tadahiro Tsubouchi
Ricardo Augusto Amorim Cesar (Procon)	Christiane Vieira Soares Pedersoli
Wantuil Dionísio Teixeira (Cemig)	Juliana Cardoso Amaral

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	659.045	234.346
Consumidores	8	2.728.755	2.990.083
Concessionárias e permissionárias	8	278.193	242.229
Serviços em curso		608.947	589.714
Tributos compensáveis	9	1.483.677	29.101
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	128.539	235.745
Almoxarifado operacional		29.312	31.408
Investimentos temporários	7	2.113.927	111.155
Ativos financeiros setoriais	13	918.077	2.555.462
Despesas pagas antecipadamente		2.712	7.782
Outros ativos circulantes		420.423	446.183
Total do circulante		9.371.607	7.473.208
Ativos de Operações Descontinuadas			
Bens destinados à alienação		12.757	11.307
Não circulante			
Consumidores	8	240.928	135.820
Concessionárias e permissionárias	8	34.085	70.412
Tributos compensáveis	9	2.888.626	5.141.553
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	66.667	-
Depósitos judiciais e cauções	12	527.628	1.766.042
Tributos diferidos	10	1.958.122	1.831.491
Investimentos temporários	7	472.371	305
Ativos financeiros setoriais	13	727.813	875.231
Bens e Direitos para uso futuro		94	94
Serviços em curso		23.570	44.975
Outros ativos não circulantes		8.243	31.934
Bens e atividades não vinculadas à Concessão do serviço público de energia elétrica		5.528	5.534
Imobilizado	14	16.311.840	15.793.337
Intangível	14	488.226	423.327
Total do não circulante		23.753.741	26.120.055
Ativo total		33.138.105	33.604.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	15	1.783.607	1.534.689
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	1.181.014	902.949
Obrigações sociais e trabalhistas		212.135	281.831
Dividendos declarados e Juros sobre capital próprio	22	309.434	822.183
Benefício pós-emprego	19	213.283	201.241
Tributos	16	234.490	192.731
Encargos setoriais	18	876.039	1.010.629
Passivos financeiros setoriais	13	1.149.399	1.915.301
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	16	448.019	-
Outros passivos circulantes		643.663	428.301
Total do circulante		7.051.083	7.289.855
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	3.916.226	4.891.973
Benefício pós-emprego	19	4.433.298	4.359.058
Provisão para litígios	20	1.246.762	1.221.151
Encargos setoriais	18	257.807	8.785
Passivos financeiros setoriais	13	595.132	633.778
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	16	3.569.837	4.193.329
Outros passivos não circulantes		16.607	13.896
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	21	6.439.559	6.459.183
Total do não circulante		20.475.228	21.781.153
Total do passivo		27.526.311	29.071.008
Patrimônio líquido			
Capital Social	22	5.371.998	5.371.998
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.956.925)	(1.848.844)
Reservas de Lucros		2.196.721	1.010.408
Total do patrimônio líquido		5.611.794	4.533.562
Total do passivo e do patrimônio líquido		33.138.105	33.604.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
RECEITA	23	24.559.609	24.030.719
Fornecimento de Energia Elétrica		10.917.872	11.313.138
Componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização		266.320	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	(6.561)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes		234.347	-
Disponibilização do Sistema de Distribuição		11.299.895	11.400.345
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		454.741	57.988
Suprimento a outras concessionárias		1.558	-
Serviços Cobráveis		10.821	17.351
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		1.374.055	1.248.458
TRIBUTOS	23	(7.049.851)	(7.376.302)
ICMS		(5.272.516)	(5.417.298)
PIS-PASEP		(316.908)	(349.309)
COFINS		(1.459.701)	(1.608.939)
ISS		(726)	(756)
ENCARGOS – PARCELA “A”	23	(2.523.016)	(2.663.409)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(72.632)	(68.585)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(72.631)	(68.584)
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE		(2.208.555)	(2.213.435)
Taxa de Fisc. de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(19.779)	(18.801)
Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias		(149.419)	(294.004)
RECEITA LÍQUIDA / INGRESSO LÍQUIDO	23	14.986.742	13.991.008
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	24	(9.960.012)	(8.975.817)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(8.160.921)	(7.516.878)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(1.799.091)	(1.458.939)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		5.026.730	5.015.191
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"	25	(3.779.845)	(3.723.233)
Pessoal e Administradores		(1.275.069)	(1.328.808)
Materiais		(60.841)	(62.632)
Serviços de Terceiros		(1.055.390)	(1.015.880)
Arrendamentos e Aluguéis		(69.607)	(83.753)
Seguros		(9.491)	(4.136)
Doações, Contribuições e Subvenções		(17.491)	(29.032)
Provisões		(496.801)	(1.147.558)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		(103.092)	(99.011)
(-) Recuperação de Despesas		38.469	38.126
Tributos		(4.523)	(6.753)
Depreciação e Amortização		(730.777)	(763.556)
Gastos Diversos		(209.497)	(302.175)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS		-	830.343
Outras Receitas Operacionais (reversão)		214.265	251.592
RESULTADO DA ATIVIDADE		1.246.885	1.291.958
Resultado Financeiro	26	28.635	928.407
Receitas Financeiras		609.011	1.662.588
Despesas Financeiras		(580.376)	(734.181)
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		1.275.520	2.220.365
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(309.157)	(727.673)
Resultado Líquido do Exercício		966.363	1.492.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Resultado do exercício	966.363	1.492.692
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes		
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	(15.845)	(1.088.005)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos	5.387	369.922
Ajustes de avaliação patrimonial - base de remuneração regulatória (BRR)	-	7.656
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliação patrimonial - base de remuneração regulatória (BRR)	-	(2.603)
	(10.458)	(713.030)
Resultado abrangente do exercício	955.905	779.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Outros resultados abrangentes		Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva de reavaliação	Ganhos e perdas atuariais			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.771.998	2.600.000	273.554	(1.275.496)	244.277	-	4.614.333
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.492.692	1.492.692
Ajustes de avaliação patrimonial - base de remuneração regulatória (BRR)	-	-	5.053	-	-	-	5.053
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	(718.083)	-	-	(718.083)
Resultado abrangente do exercício	-	-	5.053	(718.083)	-	1.492.692	779.662
Reserva legal	-	-	-	-	82.218	(82.218)	-
Juros s/ capital próprio	-	-	-	-	-	(255.000)	(255.000)
Dividendos estatutários	-	-	-	-	-	(605.433)	(605.433)
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	-	-	19.422	(19.422)	-
Realização de reserva de reavaliação regulatória	-	-	(133.872)	-	-	133.872	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	664.491	(664.491)	-
Aumento de capital	2.600.000	(2.600.000)	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	5.371.998	-	144.735	(1.993.579)	1.010.408	-	4.533.562
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	966.363	966.363
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	(10.458)	-	-	(10.458)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	(10.458)	-	966.363	955.905
Reserva legal	-	-	-	-	59.230	(59.230)	-
Juros s/ capital próprio	-	-	-	-	-	(347.569)	(347.569)
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	-	-	16.952	(16.952)	-
Realização de reserva de reavaliação regulatória	-	-	(97.623)	-	-	97.623	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	640.235	(640.235)	-
Retenção de dividendos	-	-	-	-	469.896	-	469.896
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	5.371.998	-	47.112	(2.004.037)	2.196.721	-	5.611.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		966.363	1.492.692
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Benefício pós-emprego	20	335.041	317.300
Depreciação e amortização		730.777	763.556
Provisões para perdas operacionais, líquidas	26c	496.801	1.147.558
Baixas (reversões) líquidas de intangível e imobilizado		48.000	29.518
		266.320	-
Juros e variações monetárias		308.305	352.582
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos		2.039	25.737
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, incluindo atualização financeira		-	(1.821.153)
Ativos e passivos setoriais, líquidos	24	(454.741)	(57.988)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(121.244)	(115.335)
		2.577.661	2.134.467
(Aumento) redução de ativos			
Consumidores		(222.652)	(360.831)
Concessionárias e permissionárias		21.016	(42.358)
Subvenção baixa renda		(13.490)	650
Ativos financeiros setoriais, líquidos		1.466.945	362.469
Tributos compensáveis		(564.516)	(8.786)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(16.915)	(19.755)
Depósitos judiciais e cauções		1.248.952	(38.458)
Reembolso subsídios tarifários		11.057	(11.203)
Outros		52.126	(19.288)
		1.982.523	(137.560)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		202.141	322.580
Tributos		571.369	(207.641)
IR e CSLL a pagar		430.401	843.008
Obrigações sociais e trabalhistas		7.583	(62.191)
Encargos setoriais		114.432	(69.057)
Benefício pós-emprego	20	(264.605)	(247.050)
Outros		54.212	(96.629)
		1.115.533	483.020
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais			
Juros pagos	18	(244.027)	(441.750)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(37.999)	(893.937)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.393.691	1.144.240
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado e intangível		(1.352.775)	(915.671)
Investimentos temporários		(2.466.225)	367.718
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(3.819.000)	(547.953)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos obtidos	18	-	3.626.722
Pagamentos de Empréstimos	18	(811.705)	(4.172.532)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(338.287)	(267.435)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.149.992)	(813.245)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	234.346	451.304
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	659.045	234.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.697.195 consumidores em 31 de dezembro de 2020 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.1. Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se

esforçando no desenvolvimento de medidas para enfrentamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas governamentais destinadas ao setor elétrico

Foram implementadas diversas medidas governamentais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento da crise, das quais destacamos:

- edição, em 8 de abril de 2020, da Medida Provisória nº 950/2020, que previu o desconto de 100% no cálculo da Tarifa Social de Energia Elétrica, no período de 1º de abril a 30 de junho de 2020, para os consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda, com parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 kWh/mês. A medida também autorizou a União a destinar recursos para a CDE, limitado a R\$900 milhões, para cobertura dos descontos tarifários criados;
- ampliação de 15% para 30% do limite referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado pelas distribuidoras, em todos os processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) do ano de 2020, visando facilitar as reduções contratuais;
- liberação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em abril de 2020, em atendimento ao Despacho Aneel nº 986/2020, de recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, sendo a parcela da Cemig Distribuição de R\$122 milhões;
- implementação de medidas visando manter o serviço público de distribuição de energia, por meio da Resolução Aneel 878/2020, de 24 de março de 2020, incluindo a vedação ao corte de energia devido à inadimplência, por 90 dias, prorrogado até 31 de julho de 2020, para algumas classes de consumidores (residenciais), priorização dos atendimentos de urgência e emergência, bem como do fornecimento de energia aos serviços e atividades considerados essenciais, elaboração de plano de contingência específico de atendimento de unidades médicas e hospitalares, entre outras. Por meio da Resolução Normativa nº 891/2020, de 21 de julho de 2020, o órgão regulador alterou a Resolução Aneel 878/2020, mantendo a vedação à suspensão do fornecimento de energia a partir de agosto de 2020 somente para as subclasses residenciais baixa renda, revogando as previsões para as demais classes residenciais e relacionadas ao fornecimento de serviços e atividades considerados essenciais;
- Autorização da criação da Conta-Covid, por meio do Decreto 10.350/2020, de 18 de maio de 2020, conforme detalhado no tópico seguinte.

Conta-Covid

Em 18 de maio de 2020, visando ao enfrentamento do estado de calamidade pública causada pela pandemia Covid-19, foi autorizada, por meio do Decreto nº 10.350/2020, a criação da Conta-Covid, destinada à cobertura dos déficits ou antecipação de receitas, relativas às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia, que são a base do fluxo financeiro do setor elétrico, relacionadas (i) à sobrecontratação de energia; (ii) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA); (iii) à neutralidade dos encargos setoriais; (iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia homologados até a mesma data; e (v) à antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B, conforme regulação da Aneel e cronograma definido pela distribuidora.

Em 23 de junho de 2020, a Aneel editou a Resolução Normativa nº 885/2020, que estabeleceu os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid, além de regular a utilização do encargo tarifário da CDE.

Em 26 de janeiro de 2021, a Aneel editou o Despacho nº 181/2021, no qual definiu o encargo mensal a ser pago para amortização do empréstimo e a respectiva cobertura a ser incluída na tarifa para pagamento deste encargo. A cota anual de CDE Conta-Covid será paga pelas distribuidoras, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de energia elétrica e nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição.

Os montante equivalentes à totalidade dos valores recebidos pela Companhia da Conta-Covid durante o ano de 2020 serão revertidos, devidamente atualizados pela Selic, em forma de componente financeiro negativo no reajuste tarifário de 2021, assegurada a neutralidade.

A Companhia aderiu ao mecanismo de compensação financeira da Conta-Covid, visando ao reforço de seu caixa, permitindo o cumprimento de suas obrigações financeiras mesmo diante da redução da arrecadação causada pela crise econômica. O total de recursos da Conta-Covid destinado à Companhia, no montante de R\$1.404.175, teve o repasse inicial de R\$1.186.390 em julho de 2020, sendo o valor restante repassado até dezembro de 2020 em parcelas mensais, afetando positivamente o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

São aplicadas restrições às distribuidoras que aderiram à Conta-Covid, sendo elas (i) vedação de requerimentos de suspensão ou redução dos volumes de energia elétrica adquiridos por contratos de compra e venda de energia elétrica com fundamento na diminuição do consumo devido à pandemia, verificada até dezembro de 2020, (ii) limitação, em caso de inadimplemento intrassetorial, de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio ao percentual mínimo legal de 25% do lucro líquido, preservada a constituição das reservas legal e para contingências e, (iii) renúncia ao direito de discutir, no âmbito judicial ou arbitral, as condições, procedimentos e obrigações estabelecidas nos preceitos legais e regulamentares sobre a Conta-Covid. Contudo, é preservado o direito de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro.

Em razão da manifestação das renúncias estabelecidas no Termo de Aceitação, anexo à Resolução Normativa nº 885/2020, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 3 de julho de 2020, aprovou a alteração e consequente consolidação do Estatuto Social, com a inclusão do §4º ao artigo 33, prevendo a limitação excepcional da distribuição dos dividendos obrigatórios ou do pagamento de juros sobre o capital próprio, respeitado o mínimo legal, nos casos e nos termos em que o órgão regulador, por meio de previsão normativa ou contratual, assim o exigir, para mitigar situação de desequilíbrio financeiro causado por fato de terceiro, fato do príncipe, caso fortuito ou de força maior expressamente reconhecido.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Em agosto, a Companhia iniciou o plano de retorno gradativo às atividades presenciais para empregados em trabalho remoto, observando as medidas que visam à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da Covid-19 nos ambientes de trabalho.

Adicionalmente, o atendimento presencial nas agências foi suspenso temporariamente, sendo retomado, mediante agendamento, a partir de 3 de agosto de 2020, nos municípios que aderiram ao Plano Minas Consciente, elaborado pelo Governo de Minas Gerais, e que estão na fase de onda verde do programa. A decisão de atender presencialmente via agendamento obedece às normas do plano e está de acordo com a retomada da economia no estado de forma responsável, em virtude da pandemia de Covid-19.

Os canais virtuais de comunicação com os consumidores foram mantidos, assim como os atendimentos essenciais nos endereços de consumo, garantindo o fornecimento de energia adequado.

A Companhia também adotou as seguintes medidas, visando contribuir com a sociedade:

- Flexibilização do fluxo de pagamentos das contas de clientes de baixa renda, cadastrados como tarifa social, que poderiam parcelar as suas faturas em até seis vezes, sem juros e multas, vigente até 1º de julho de 2020;
- Parcelamento dos valores não arrecadados, faturados a hospitais públicos, filantrópicos e unidades de pronto atendimento sem a incidência de multas e juros, cujas condições ficaram vigentes até 1º de julho de 2020;
- Parcelamento de débitos em até seis vezes sem juros para microempresas dos setores afetados pela crise, cujas condições ficaram vigentes até 1º de julho de 2020;
- Lançamento de campanha de negociação, permitindo o parcelamento de dívidas de consumidores em até 12 vezes sem juros, cujas condições foram válidas até 30 de setembro de 2020 e foram prorrogadas até 31 de outubro de 2020.

Adicionalmente, a Diretoria Executiva da Cemig aprovou as seguintes medidas para apoio no combate ao Covid-19 durante o período de onda roxa instituído pela Deliberação 138, de 16 de março de 2021 do Comitê Extraordinário Covid-19, no âmbito do Estado de Minas Gerais:

- suspensão dos cortes de energia elétrica para clientes cadastrados como tarifa social (baixa renda);
- parcelamento dos débitos dos consumidores classificados como tarifa social (baixa renda), nas condições especificadas no programa, disponíveis no website da Companhia;
- parcelamento dos débitos de outras classes, incluindo consumidores comerciais classificados como Microempresas dos setores afetados pela crise, nas condições especificadas no programa, disponíveis no website da Companhia;
- Prioridade no fornecimento de energia elétrica das unidades de pronto atendimento, clínicas, hospitais e demais equipamentos de saúde e empresas categorizadas como serviços essenciais;

- ações de comunicação com o objetivo de sensibilizar a população sobre a importância de permanecer em casa, sobre o uso racional da energia elétrica nas residências, bem como sobre os cuidados com a utilização dos aparelhos eletrônicos, evitando a sobrecarga, curtos e incêndios.

As medidas supracitadas geraram um efeito estimado de postergação de caixa para o próximo exercício de até R\$151,4 milhões, considerando os valores referentes às parcelas com vencimento no ano de 2021.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento dos investimentos previsto para o ano de 2020, no valor aproximado de R\$169 milhões, e revisão orçamentária com redução nos custos e despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros e outros (PMSO), na ordem de R\$134 milhões;
- negociação de contratos com seus consumidores livres;
- diferimento ao longo do ano dos recolhimentos de tributos e encargos trabalhistas, conforme autorização legal.

Impacto nas demonstrações contábeis regulatórias

Desde março de 2020, a Companhia está acompanhando os impactos da pandemia de Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, com a implementação de uma série de medidas para preservar a saúde de seus empregados e apoiar na prevenção do novo Coronavírus em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença.

A crise ocasionada pela Covid-19 impactou as operações da Companhia em função da retração do mercado e das medidas de distanciamento social, com impacto nos processos de produção, com interrupção nas cadeias de suprimentos, reduzindo a demanda por mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações, o que resulta em menor consumo de energia e maior risco de inadimplência.

Em 31 de dezembro de 2020, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros:

- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou as circunstâncias da pandemia de Covid-19 e as medidas tomadas para reduzir o impacto da retração econômica sobre a inadimplência. A Companhia intensificou as medidas para mitigar os riscos de inadimplência, com a realização de campanha específica para negociação com clientes, incluindo aqueles com impedimento momentâneo de suspensão do fornecimento de energia e intensificação das ações individualizadas de cobrança habitual. O retorno das atividades econômicas após o período agudo da pandemia, bem como a liberação da suspensão do fornecimento a partir de agosto de 2020 por meio da Resolução Normativa nº 891/2020, têm contribuído para o reestabelecimento do comportamento da arrecadação. Adicionalmente, as negociações para permitir a recuperação dos créditos em atraso e as medidas da Agência Reguladora para reequilíbrio econômico mitigaram os efeitos negativos da crise econômica sobre a arrecadação;
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos;
- A Administração da Companhia efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 28 destas demonstrações contábeis regulatórias;
- Foi observada uma queda de carga do Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2020, especialmente entre os meses de março a maio, com a recuperação gradativa a partir desse período. No acumulado do ano, a energia transportada e a energia vendida aos consumidores da Cemig D apresentaram um crescimento de 4,42% e uma redução de 5,31%, respectivamente, sendo que somente no 2º semestre de 2020 verificou-se um crescimento de 10,29% na energia transportada e de 94,66% na energia vendida na comparação com o mesmo período do ano anterior, refletindo as medidas adotadas de flexibilização das condições de isolamento social;
- A variação acumulada no mercado de clientes cativos da Cemig D, medida a partir do início da pandemia até dezembro de 2020, apresentou uma diminuição de 8%. Ressalta-se que o efeito dos dispêndios financeiros com compra de energia pela Companhia foi minimizado com a criação da Conta-Covid.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas demonstrações contábeis regulatória foram baseados nas melhores estimativas da Companhia. Apesar dos impactos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2020, não se espera impactos significativos no longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 32 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

Em 27 de abril de 2021, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 28 destas demonstrações contábeis regulatórias.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 13 – Ativos e passivos setoriais;
- Nota 14 – Vidas úteis de ativos;
- Nota 16 - Valores a serem restituídos a consumidores;
- Nota 19 – Benefícios pós-emprego;
- Nota 20 – Provisões para litígios;
- Nota 23 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 28 - Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As principais práticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas na nota explicativa nº 2.8 das demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido dos valores da reavaliação regulatória compulsória, ocorrida em maio de 2018, em função da 4ª revisão tarifária periódica. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, em conformidade com o IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente e com o IFRIC 12/ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada a construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Nas demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são registradas como redutoras do ativo intangível e do ativo financeiro.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela Aneel.

A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2018, com base em Laudo de Reavaliação preparado pela empresa avaliadora em conjunto com a Companhia e está de acordo com os montantes homologados pela Aneel no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de maio de 2018.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração e nas normas estabelecidas pelo MCSE, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia, em consonância com as normas do MCSE, são: (i) consumidores com valores significativos, uma análise do saldo a receber é realizada levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Nas demonstrações financeiras societárias, em conformidade com o IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros, a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada com base nas perdas esperadas para os próximos 12 meses, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia adota, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu Contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A perda estimada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

4. DA CONCESSÃO

A Companhia detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da Aneel, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“custos da parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“custos da parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DECI e FECI) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 1º de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 1º de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR¹ (-) juros da dívida² ≥ 0 ;
- LAJIDA³ ≥ 0 (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);
- [LAJIDA (-) QRR] ≥ 0 (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);
- {Dívida líquida⁴ / [LAJIDA (-) QRR]} $\leq 1 / (80\%$ da Selic) (até o término de 2019); e,
- {Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]} $\leq 1 / (111\%$ da Selic) (até o término de 2020).

1. QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;

2. Dívida líquida x 111% da Selic;

3. Calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;

4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O indicador de continuidade global de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC, apesar de ter sido atendido em 2020, não foi atendido por três vezes nos últimos 5 anos e, dessa forma, a Companhia terá a distribuição de dividendos a ser paga no ano de 2021 limitada a 25% do lucro líquido de 2020, ajustada pela Reserva Legal constituída.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Contas bancárias	77.758	192.772
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (1)	474.003	36.198
Overnight (2)	107.284	5.376
	581.287	41.574
	659.045	234.346

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 65% a 108% em 31 de dezembro de 2020 (70% a 104% em 31 de dezembro de 2019), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de *Overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 1,89% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (4,39% a.a. em 31 de dezembro de 2019) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28 destas demonstrações contábeis regulatórias.

7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	2020	2019
Certificados de Depósitos Bancários (1)	341.413	221
Letras Financeiras (LF) - Bancos (2)	1.754.948	95.204
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (3)	457.503	13.900
Debêntures (4)	19.252	732
Fundos vinculados	9.808	1.195
Outros	3.374	208
	2.586.298	111.460
Ativo circulante	2.113.927	111.155
Ativo não circulante	472.371	305

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual de 106% a 110% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), em 31 de dezembro de 2020 (80% a 103,5% em 31 de dezembro de 2019), conforme operação.

- (2) As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 99,5% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (101,95% a 113% do CDI em 31 de dezembro de 2019).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data do vencimento do título.
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre TR + 1% a 109% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (108,25% a 113% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

A classificação destes investimentos temporários está apresentada na nota explicativa nº 28. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 27 destas demonstrações contábeis regulatórias.

8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Descrição	Valores Correntes							Valores Renegociados					2020	2019
	Corrente a Vencer		Corrente Vencida				PDD	Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida		PDD		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de energia	1.911.156	28.665	593.004	123.565	88.954	495.146	(525.190)	45.063	210.877	26.060	139.719	(167.335)	2.969.684	3.125.903
Residencial	673.909	24.062	397.199	71.875	10.229	51.451	(89.072)	25.504	65.008	14.128	6.126	(14.324)	1.236.095	1.203.153
Industrial	24.365	27	15.093	3.567	11.453	119.190	(108.971)	2.947	11.657	2.081	17.051	(14.230)	84.230	83.549
Comercial	215.063	1.607	89.176	18.593	16.682	111.589	(108.794)	9.140	100.070	5.554	10.679	(30.668)	438.691	508.709
Rural	147.210	2.828	75.196	18.769	21.681	16.476	(13.457)	6.177	14.710	3.205	1.640	(3.974)	290.461	267.875
Poder público	29.985	30	10.521	9.023	25.331	178.635	(190.228)	242	7.301	57	98.890	(98.866)	70.921	205.416
Iluminação pública	6.456	-	1.662	338	632	(244)	(1.204)	37	1.092	15	664	(606)	8.842	2.353
Serviço público	38.378	2	5.704	1.289	2.914	18.031	(13.464)	994	10.977	1.007	4.644	(4.644)	65.832	93.180
Serviço taxado	1.093	109	1.115	111	32	18	-	22	62	13	25	(23)	2.577	3.056
Fornecimento não faturado	774.697	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	774.697	768.885
Arrecadação processo de classificação	-	-	(2.662)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.662)	(10.273)
Suprimento energia - Moeda nacional	20.653	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.653	-
Encargos de uso da rede elétrica	7.633	-	6.018	3.384	4.168	113.913	(74.218)	4.878	7.266	937	1.150	-	75.129	120.747
Suprimento \ Encargo rede não faturada	216.495	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	216.495	191.894
Total	2.155.937	28.665	599.022	126.949	93.122	609.059	(599.408)	49.941	218.143	26.997	140.869	(167.335)	3.281.961	3.438.544

Em 31 de julho de 2020, a Companhia protocolou requerimento na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG para compensação das dívidas de consumo e serviços de energia elétrica da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais utilizando débitos tributários relativos ao ICMS, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 47.908/2020, que regulamentou a Lei Estadual 47.891/2020. As dívidas do Estado de Minas Gerais junto à Companhia, passíveis de compensação, são aquelas vencidas até 30 de junho de 2019, estimadas em R\$240 milhões, que ainda estão em processo de análise pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais. As compensações serão iniciadas após a homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda e a formalização do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida, prevista para ocorrer ainda no 1º trimestre de 2021. Em razão do andamento dessa negociação, a Companhia reverteu, no exercício, perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa referentes às dívidas do Estado de Minas Gerais no montante de R\$210 milhões.

A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	549.203
Constituições, líquidas	243.388
Baixas	(164.713)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	627.878
Constituições, líquidas	358.219
Baixas	(219.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	766.743

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

Tributos compensáveis

	2020	2019
Circulante		
ICMS a recuperar	62.221	25.743
Cofins (a) (b)	1.165.559	1.713
PIS/Pasep (a) (b)	254.001	1.301
Outros	1.896	344
	1.483.677	29.101
Não circulante		
ICMS a recuperar (b)	232.011	215.189
Cofins (a)	2.182.732	4.047.607
PIS/Pasep (a)	473.883	878.757
	2.888.626	5.141.553
	4.372.303	5.170.654

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Dessa forma, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia.

A Companhia optou por recuperar os créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

A Companhia possui registrado o montante de R\$1.416.477 no ativo circulante e R\$2.656.615 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos tributários a serem recebidos deve ser objeto de restituição aos seus consumidores considerando um período máximo aplicável para cálculo de tal devolução de 10 anos. Sendo assim, a Companhia constituiu um passivo no montante total dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização, apresentado na nota explicativa nº 16 destas demonstrações contábeis regulatórias. A Companhia aguarda a conclusão da Aneel quanto aos critérios e mecanismos de ressarcimento desses valores aos consumidores.

Os efeitos dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, incluindo sua atualização pela Selic, foram reconhecidos no resultado da Companhia em 2019, pelo montante líquido de tributos, atualizado até 31 de dezembro de 2019, de R\$1.216.915. Deste montante, R\$830.343 foram reconhecidos em receitas operacionais, R\$1.013.468, como receitas financeiras (líquidas de PIS/Pasep e Cofins), além de IRPJ e CSLL, no montante total de R\$626.896.

Esses créditos tributários e a parcela a ser devolvida aos consumidores são atualizados pela Selic até a sua compensação/restituição, sendo o efeito líquido no resultado financeiro, em 31 de dezembro de 2020, de R\$24.811, conforme nota explicativa nº 26 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Até 31 de dezembro de 2020, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$945.886.

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações contábeis regulatórias.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	2020	2019
Imposto de renda	108.732	163.015
Contribuição social	86.474	72.730
	195.206	235.745
Circulante	128.539	235.745
Não circulante	66.667	-

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	2020	2019
Ativos fiscais diferidos		
Obrigações pós-emprego	1.463.842	1.411.395
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	281.985	235.367
Provisão para redução a valor recuperável	18.834	18.299
Provisões para contingências	356.956	351.827
Taxa de administração	5.250	5.625
Participação de empregados e administradores no resultado	25.055	51.330
Outros	2.199	2.199
	2.154.121	2.076.042
Passivos fiscais diferidos		
Reavaliação da base de remuneração regulatória (BRR)	(24.269)	(74.559)
Encargos financeiros capitalizados	(168.909)	(166.478)
Custo de captação	(2.821)	(3.514)
	(195.999)	(244.551)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.958.122	1.831.491

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.348.837
Efeitos alocados ao resultado	115.336
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	367.318
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.831.491
Efeitos alocados ao resultado	121.244
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	5.387
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.958.122

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2020, conforme abaixo:

	2020
2021	303.959
2022	278.904
2023	278.904
2024	278.904
2025	278.904
2026 a 2028	440.727
2029 a 2030	293.819
	2.154.121

11. CONCILIAÇÃO DA DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social (alíquotas de 25% e 9%, respectivamente) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultados é como segue:

	2020	2019
Resultado antes dos impostos	1.275.520	2.220.365
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(433.677)	(754.924)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	118.173	86.700
Incentivos fiscais	31.491	50.379
Contribuições e doações indedutíveis	(5.814)	(8.911)
Multas indedutíveis	(21.857)	(100.647)
Outros	2.527	(270)
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(309.157)	(727.673)
Alíquota efetiva	24,24%	32,77%
Corrente	(430.401)	(843.009)
Diferido	121.244	115.336

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	2020	2019
Trabalhista	222.090	280.542
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	11.281	11.105
PIS/Pasep e Cofins - exclusão do ICMS da base de cálculo (1)	-	1.181.808
IR/INSS indenização do anuênio (2)	204.739	202.042
Outros	37.660	34.113
	253.680	1.429.068
Outros		
Regulatório	28.984	20.326
Cível	5.537	6.725
Relações de consumo	5.629	4.412
Bloqueio judicial	7.105	6.502
Outros	4.603	18.467
	51.858	56.432
	527.628	1.766.042

(1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento judicial sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Maiores detalhes abaixo.

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 - Provisão para Litígios (indenização do anuênio).

Levramento de depósitos judiciais

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou o levantamento do depósito judicial referente à ação que questionava a incidência de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante atualizado total de R\$1.186.402. Estes valores são referentes aos depósitos efetuados entre agosto de 2008 até agosto de 2011 e foram atualizados pela variação da Selic até a data do levantamento.

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Conforme estabelecido no Termo aditivo do contrato de concessão, existe a garantia de que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais:

Ativos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2019	Adição	Transferências	Amortização	Remuneração	Recebimento de recursos da Conta-Covid	Recebimento de recursos da CCRBT	Saldos em 31/12/2020	Valores em amortização	Valores Constituição	Circulante	Não circulante
CVA ativa	3.040.393	2.748.886	(4.959)	(1.180.578)	56.442	(3.397.209)	(62.771)	1.200.204	11.863	1.188.341	725.059	475.145
Aquisição de energia (CVA energia)	2.268.914	1.399.485	-	(877.594)	39.033	(2.084.251)	(62.771)	682.816	7.962	674.854	414.749	268.067
Custo da energia de Itaipu	453.172	788.805	-	(157.874)	8.861	(857.301)	-	235.663	1.978	233.685	142.838	92.825
Proinfa	10.630	5.856	-	(10.733)	104	-	-	5.857	-	5.857	3.465	2.392
Transporte rede básica	113.839	383.369	-	-	3.315	(281.898)	-	218.625	847	217.778	129.699	88.926
Transporte de energia Itaipu	24.803	34.911	-	(8.719)	500	(33.774)	-	17.721	103	17.618	10.527	7.194
ESS	20.833	-	(4.959)	(5.710)	248	28.231	-	38.643	94	38.549	22.902	15.741
CDE	148.202	136.460	-	(119.948)	4.381	(168.216)	-	879	879	-	879	-
Demais ativos financeiros setoriais	390.300	560.328	(146.577)	(212.358)	23.013	(169.020)	-	445.686	72.121	373.565	193.018	252.668
Quota parte de energia nuclear	79.020	69.665	-	(30.986)	1.583	(98.716)	-	20.566	307	20.259	12.519	8.047
Neutralidade da parcela A	21.539	177.302	(32.568)	(21.153)	601	(7.157)	-	138.564	8.090	130.474	116.775	21.789
Sobrecontratação de energia	216.852	55.464	(55.464)	-	5.980	-	-	222.832	-	222.832	-	222.832
Outros	72.889	257.897	(58.545)	(160.219)	14.849	(63.147)	-	63.724	63.724	-	63.724	-
Total ativos financeiros setoriais	3.430.693	3.309.214	(151.536)	(1.392.936)	79.455	(3.566.229)	(62.771)	1.645.890	83.984	1.561.906	918.077	727.813

Passivos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2019	Adição	Transferências	Amortização	Remuneração	Recebimento de recursos da Conta-Covid	Recebimento de recursos da CCRBT	Saldos em 31/12/2020	Valores em amortização	Valores constituição	Circulante	Não circulante
CVA passiva	(1.848.802)	(1.731.088)	4.959	586.115	(34.127)	2.534.999	-	(487.944)	(7.866)	(480.078)	(297.246)	(190.698)
Aquisição de energia (CVA energia)	(1.503.050)	(1.521.692)	-	397.201	(29.246)	2.170.540	-	(486.247)	(6.169)	(480.078)	(295.549)	(190.698)
Custo da energia de Itaipu	(3.749)	-	-	3.749	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	(5.947)	(22.674)	-	88	(416)	28.811	-	(138)	(138)	-	(138)	-
Transporte rede básica	(18.195)	1	-	18.321	(164)	37	-	-	-	-	-	-
Transporte de energia Itaipu	(43)	-	-	43	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	(317.789)	(180.526)	4.959	166.683	(4.339)	329.453	-	(1.559)	(1.559)	-	(1.559)	-
CDE	(29)	(6.197)	-	30	38	6.158	-	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	(700.277)	(966.914)	146.577	650.350	(13.379)	(372.944)	-	(1.256.587)	(238.376)	(1.018.211)	(852.153)	(404.434)
Quota parte de energia nuclear	(1.279)	-	-	1.279	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(63.151)	-	32.568	54.638	(135)	(55.225)	-	(31.305)	(10.796)	(20.509)	(22.930)	(8.375)
Sobrecontratação de energia (1)	(85.062)	-	55.464	161.877	(2.427)	(242.719)	-	(112.867)	(55.828)	(57.039)	(90.210)	(22.657)
Devoluções tarifárias	(201.196)	-	58.545	81.372	(2.321)	-	-	(63.600)	(21.780)	(41.820)	(51.830)	(11.770)
Outros	(349.589)	(966.914)	-	351.184	(8.496)	(75.000)	-	(1.048.815)	(149.972)	(898.843)	(687.183)	(361.632)
Total passivos financeiros setoriais	(2.549.079)	(2.698.002)	151.536	1.236.465	(47.506)	2.162.055	-	(1.744.531)	(246.242)	(1.498.289)	(1.149.399)	(595.132)
Total dos ativos e passivos financeiros Setoriais (líquido)	881.614	611.212	-	(156.471)	31.949	(1.404.174)	(62.771)	(98.641)	(162.258)	63.617	(231.322)	132.681

- 1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 27 de agosto de 2020 foi publicado o Despacho nº 2.508/2020-SRM-SGT/Aneel, que definiu os montantes de sobrecontratação dos agentes de distribuição referentes ao ano de 2016 e 2017, tendo como base novo critério de avaliação estabelecido na Nota Técnica nº 97/2020-SRM-SGT/Aneel, que não está previsto nas normas regulatórias vigentes. Desta forma, a Cemig Distribuição interps recurso junto à Diretoria da Aneel, para que passasse a refletir valores de sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição condizentes com os critérios de aferição de máximo esforço constantes da Resolução Normativa Aneel nº 453/2011. Importante ressaltar que semelhante recurso foi interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“Abradee”), suportado na opinião de assessores jurídicos contratados, o que reforça o entendimento da Companhia. A Companhia não possui expectativa de perdas em relação à realização desses valores e reconhece esse direito, no montante de R\$222.833 em 31 de dezembro de 2020, como outros componentes financeiros a serem homologados. Esse assunto encontra-se pendente de análise por parte da Aneel até a data da emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias.

Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No exercício de 2020, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$62.771 (R\$362.469 em 2019) e foram reconhecidos como adiantamento da CVA do processo tarifário seguinte.

Reajuste Tarifário Anual

Em 25 de junho de 2020, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, que teria vigência de 28 de maio de 2020 a 27 de maio de 2021, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 4,27%. Este resultado representava a variação de custos da parcela B, de 0,84%, e os repasses diretos dentro da tarifa, de 3,43%, sendo estes últimos sem efeito econômico para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, referentes aos seguintes itens: (i) aumento de 5,30% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão; (ii) aumento de 6,71% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a CVA em processamento, com efeito de 5,47%, e (iii) retirada de 8,58% referentes aos componentes financeiros do processo anterior.

Apesar da vigência desse ajuste compreender o período de 28 de maio de 2020 a 27 de maio de 2021, a sua aplicação foi suspensa até o dia 30 de junho de 2020, sendo mantidas, durante o período da referida suspensão, as tarifas anteriores. Adicionalmente, foi reconhecido o direito da Companhia ao montante de R\$51.201, mensurado com base no mercado realizado, referente à não arrecadação da receita tarifária adicional no período. Considerando que foi recebido o montante de R\$63.147 de recursos da Conta-Covid em 31 de julho de 2020, que compôs o limite total estabelecido para a Companhia de captação de recursos da Conta-Covid, conforme Resolução Normativa nº 885/2020, a Companhia reconheceu a obrigação líquida no valor de R\$11.924, atualizado pela Selic até 31 de dezembro de 2020. Para mais informações sobre a Conta-Covid, consultar a nota explicativa nº 1.1 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Contudo, foram interpostos recursos administrativos perante a Aneel contestando a homologação do reajuste tarifário anual de 4,27% da Companhia e requerida a sua anulação, com a consequente devolução dos valores correspondentes aos depósitos judiciais levantados por força da decisão judicial transitada em julgado que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, mediante a criação de componente financeiro negativo no cálculo do reajuste tarifário anual da Companhia.

Foi concedido pela Agência o direito de manifestação à Companhia que, com base nas avaliações internas e de seus assessores legais e considerando o cenário de absoluta excepcionalidade causado pela pandemia de Covid-19, houve por bem submeter à Aneel, em 5 de agosto de 2020, proposta de antecipação da devolução para os consumidores da sua área de concessão da quantia de R\$714.339, correspondente à parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.

Em 18 de agosto de 2020, a Diretoria da Aneel decidiu acatar parcialmente o recurso interposto, e, por meio da Resolução Homologatória 2.757/2020, reduziu a zero o efeito médio do reajuste tarifário de 2020 da Companhia, a partir da incorporação do componente financeiro negativo de R\$714.339, a vigorar a partir de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021.

A decisão da Companhia representa uma antecipação dos efeitos e tratamentos regulatórios das decisões judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, que serão regulados de maneira isonômica para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica por meio de normativo da Aneel, tendo sido aberta consulta pública pela Agência no período de 11 de fevereiro a 29 de março de 2021, sem prejuízo da discussão de mérito, que será realizada no bojo de tal procedimento e preservado o direito de ampla discussão do assunto naquele foro. A parcela dos créditos que a Companhia se propõe a restituir seus consumidores já se encontra registrada como um passivo, conforme nota explicativa nº 16 destas demonstrações contábeis regulatórias, do qual já foram efetivamente repassados R\$266.320 aos consumidores até 31 de dezembro de 2020.

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

IMOBILIZADO	Taxas anuais médias	31/12/2020			31/12/2019
		Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,76	39.672.702	(25.046.941)	14.625.761	14.585.940
Custo histórico		20.513.287	(8.782.525)	11.730.762	11.322.222
Reavaliação		19.159.415	(16.264.416)	2.894.999	3.263.718
Administração	10,41	669.047	(586.974)	82.073	97.413
Custo histórico		351.441	(282.289)	69.152	80.239
Reavaliação		317.606	(304.685)	12.921	17.174
TOTAL		40.341.749	(25.633.915)	14.707.834	14.683.353
Em curso					
Distribuição		1.561.113,00	-	1.561.113	965.437
Administração		42.893	-	42.893	144.547
TOTAL		1.604.006	-	1.604.006	1.109.984
TOTAL AIS + AIC		41.945.755	(25.633.915)	16.311.840	15.793.337

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C) (2)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019	Obrigações especiais brutas 31/12/2020	Amortização acumulada 31/12/2020	Obrigações especiais líquidas 31/12/2020
Distribuição	38.883.328	-	(344.455)	1.133.829	39.672.702	789.374	(25.046.941)	14.625.761	14.585.940	(9.985.313)	4.172.823	(5.812.490)
Terrenos	48.032	-	(20)	-	48.012	(20)	-	48.012	48.032	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	878.519	-	(15.600)	3.642	866.561	(11.958)	(505.600)	360.961	379.695	-	-	-
Máquinas e equipamentos	37.923.945	-	(328.834)	1.130.187	38.725.298	801.353	(24.510.424)	14.214.874	14.156.040	(9.985.313)	4.172.823	(5.812.490)
Veículos	26.946	-	-	-	26.946	-	(26.838)	108	136	-	-	-
Móveis e utensílios	5.886	-	(1)	-	5.885	(1)	(4.079)	1.806	2.037	-	-	-
Administração	693.916	-	(29.102)	4.233	669.047	(24.869)	(586.974)	82.073	97.413	(1.973)	1.571	(402)
Terrenos	3.891	-	-	-	3.891	-	-	3.891	3.891	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	100.825	-	(3.331)	-	97.494	(3.331)	(90.368)	7.126	7.787	-	-	-
Máquinas e equipamentos	481.023	-	(25.771)	6.337	461.589	(19.434)	(411.492)	50.097	58.845	(1.973)	1.571	(402)
Veículos	84.441	-	-	(2.198)	82.243	(2.198)	(70.889)	11.354	16.083	-	-	-
Móveis e utensílios	23.736	-	-	94	23.830	94	(14.225)	9.605	10.807	-	-	-
Subtotal	39.577.244	-	(373.557)	1.138.062	40.341.749	764.505	(25.633.915)	14.707.834	14.683.353	(9.987.286)	4.174.394	(5.812.892)

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B) (1)	Transferências (C) (2)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições líquidas = (A) - (B) + ©	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019	Obrigações especiais brutas 31/12/2020	Amortização acumulada 31/12/2020	Obrigações especiais líquidas 31/12/2020
Distribuição	965.437	1.626.464	(1.571)	(1.140.419)	1.449.911	484.474	-	1.449.911	965.437	(626.664)	-	(626.664)
Máquinas e equipamentos	770.905	1.599.663	-	(1.130.732)	1.239.836	468.931	-	1.239.836	770.905	(626.664)	-	(626.664)
Outros	194.532	26.801	(1.571)	(9.687)	210.075	15.543	-	210.075	194.532	-	-	-
Administração	144.547	17.393	-	(7.845)	154.095	9.548	-	154.095	144.547	(3)	-	(3)
Máquinas e equipamentos	111.073	9.850	-	(5.792)	115.131	4.058	-	115.131	111.073	(3)	-	(3)
Outros	33.474	7.543	-	(2.053)	38.964	5.490	-	38.964	33.474	-	-	-
Subtotal	1.109.984	1.643.857	(1.571)	(1.148.264)	1.604.006	494.022	-	1.604.006	1.109.984	(626.667)	-	(626.667)
Total do Ativo Imobilizado	40.687.228	1.643.857	(375.128)	(10.202)	41.945.755	1.258.527	(25.633.915)	16.311.840	15.793.337	(10.613.953)	4.174.394	(6.439.559)

- (1) A Companhia tem registrado, no Ativo Imobilizado em Curso, provisão para redução do valor recuperável de determinados ativos de longa data que, no ano de 2020, apresentou movimentação de R\$1.571.
- (2) O saldo refere-se às transferências de bens destinados à alienação.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A) - (B) + ©
AIS Bruto	37.923.945	-	(328.834)	1.130.187	38.725.298	801.353
Transformador de Distribuição	6.076.257	-	(75.724)	185.436	6.185.969	109.712
Medidor	1.712.781	-	(112.871)	133.098	1.733.008	20.227
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	19.845.709	-	(107.244)	701.118	20.439.583	593.874
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	54.749	-	(692)	274	54.331	(418)
Redes Alta Tensão (69 kV)	529.401	-	(397)	11.862	540.866	11.465
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	3.246.227	-	1.162	18.233	3.265.622	19.395
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	71.639	-	-	82	71.721	82
Subestações Média Tensão (primário 30kV a 44kV)	460.972	-	(167)	391	461.196	224
Subestações Média Tensão (primário de 69kV)	708.111	-	(2.308)	18.865	724.668	16.557
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	4.371.885	-	(19.041)	46.785	4.399.629	27.744
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	30.004	-	(254)	42	29.792	(212)
Demais Máquinas e Equipamentos	816.210	-	(11.298)	14.001	818.913	2.703
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(9.778.289)	(1.579)	-	(205.445)	(9.985.313)	(207.024)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(9.627.706)	(1.579)	-	(205.445)	(9.834.730)	(207.024)
Ultrapassagem de demanda	(42.051)	-	-	-	(42.051)	-
Excedente de reativos	(97.243)	-	-	-	(97.243)	-
Outros	(11.289)	-	-	-	(11.289)	-
TOTAL	28.145.656	(1.579)	(328.834)	924.742	28.739.985	594.329

As adições ao imobilizado são como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material/ equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros capitalizados	Outros gastos	Total
Terrenos	-	46	-	19	8	73
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	5.915	8.531	1.831	694	62	17.033
Máquinas e Equipamentos	883.928	609.506	91.395	21.014	3.670	1.609.513
Veículos	45	-	-	-	-	45
Móveis e Utensílios	4	-	-	-	-	4
A ratear	-	3.093	1.372	-	11	4.476
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	4.001	-	279	-	4.280
Adiantamento a Fornecedores	-	5.988	-	-	-	5.988
Depósitos Judiciais	-	25	-	249	2.171	2.445
Total das adições	889.892	631.190	94.598	22.255	5.922	1.643.857

A composição do intangível é como segue:

INTANGÍVEL	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2020			31/12/2019
		Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	20,00	152.347	(7.295)	145.052	144.476
Custo histórico		133.313	(6.070)	127.243	127.212
Reavaliação		19.034	(1.225)	17.809	17.264
Administração	19,51	924.302	(849.486)	74.816	108.115
Custo histórico		629.404	(554.833)	74.571	107.167
Reavaliação		294.898	(294.653)	245	948
TOTAL		1.076.649	(856.781)	219.868	252.591
Em curso					
Distribuição		165.576	-	165.576	97.415
Administração		102.782	-	102.782	73.321
TOTAL		268.358	-	268.358	170.736
TOTAL AIS + AIC		1.345.007	(856.781)	488.226	423.327

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo intangível em serviço									
Distribuição	151.805	-	77	465	152.347	542	(7.295)	145.052	144.476
Serviços	144.424	-	-	465	144.889	465	(190)	144.699	144.234
Softwares	7.381	-	77	-	7.458	77	(7.105)	353	242
Administração	914.233	-	(116)	10.185	924.302	10.069	(849.486)	74.816	108.115
Softwares	914.218	-	(116)	10.185	924.287	10.069	(849.480)	74.807	108.105
Outros	15	-	-	-	15	-	(6)	9	10
Subtotal	1.066.038	-	(39)	10.650	1.076.649	10.611	(856.781)	219.868	252.591
Ativo intangível em curso									
Distribuição	97.415	68.627	-	(465)	165.577	68.162	-	165.577	97.415
Serviços	51.738	14.119	-	(465)	65.392	13.654	-	65.392	51.738
Softwares	1.144	253	-	-	1.397	253	-	1.397	1.144
Outros	44.533	54.255	-	-	98.788	54.255	-	98.788	44.533
Administração	73.321	39.655	(10)	(10.185)	102.781	29.460	-	102.781	73.321
Softwares	72.950	39.651	-	(10.185)	102.416	29.466	-	102.416	72.950
Outros	371	4	(10)	-	365	(6)	-	365	371
Subtotal	170.736	108.282	(10)	(10.650)	268.358	97.622	-	268.358	170.736
Total do ativo intangível	1.236.774	108.282	(49)	-	1.345.007	108.233	(856.781)	488.226	423.327

15. FORNECEDORES

	2020	2019
Energia de curto prazo - CCEE	408.932	389.220
Encargos de uso da rede elétrica (1)	198.108	149.887
Energia elétrica comprada para revenda	518.990	447.313
Itaipu binacional	325.277	242.766
Materiais e serviços	332.300	305.503
	1.783.607	1.534.689

- (1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel.

16. TRIBUTOS

	2020	2019
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	79.595	77.390
Cofins	63.682	68.171
PIS/Pasep	13.719	14.647
INSS	19.660	17.426
ISSQN	10.150	6.078
Imposto de renda sobre Juros s/ capital próprio declarado	37.960	-
Outros	9.724	9.019
	234.490	192.731
Não circulante (1)		
Cofins	-	375
PIS/Pasep	-	61
	-	436
	234.490	193.167
Valores a serem restituídos a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins (2)	448.019	-
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins (2)	3.569.837	4.193.329
	4.017.856	4.193.329

- (1) Valores apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica de Outras obrigações.
 (2) Valores a serem restituídos a consumidores relativos aos créditos de PIS/Pasep e Cofins levantados pela Companhia. Detalhes na nota explicativa nº 9 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores são referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da inclusão do ICMS à base de cálculo destas contribuições. Conforme nota explicativa nº 9a, a Companhia reconheceu, em 2019, o seu direito de compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic, em função do trânsito em julgado da ação ordinária movida, com decisão favorável à Companhia.

A Cemig D possui um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores, compreendendo o período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a receita financeira auferida sobre a atualização dos créditos.

Os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores estão ainda pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Data Captação Repactuação	Tipo de Garantia	Indexado ou Juros	Spread % a.a.
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	2.023	-	9.702	11.725				
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos	2.023	-	9.702	11.725	01/09/2002	Recebíveis	USD	Diversas
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	71.914	1.107.077	3.906.524	5.085.515				
Eletrobrás	6	3.408	5.644	9.058	01/03/2012	Recebíveis	RGR	6,00
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão	22.939	565.017	-	587.956	01/03/2013	Aval e Fiança	IPCA	4,70
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão	43.603	-	991.644	1.035.247	01/03/2013	Aval e Fiança	IPCA	5,10
Debêntures 1ª Série 7ª Emissão	2.583	539.344	1.350.000	1.891.927	01/07/2019	Aval e Recebíveis	CDI	0,45
Debêntures 2ª Série 7ª Emissão	2.783	-	1.585.141	1.587.924	01/07/2019	Aval e Recebíveis	IPCA	4,10
(-) Custos de Transação	-	(692)	(7.605)	(8.297)				
(-) Deságio (1)	-	-	(18.300)	(18.300)				
Dívidas com Fundo de Pensão	-	213.283	4.433.298	4.646.581				
Plano de Saúde, Odontológico e Seg.Vida	-	98.328	2.757.954	2.856.282				
Forluz - Reserva Contratada	-	90.803	251.566	342.369	01/06/2008	Recebíveis	IPCA	6,00
Forluz - Equacionamento (déficit 2015, 2016 e 2017)	-	22.922	368.411	391.333	01/04/2019	Recebíveis	IPCA	6,00
Forluz - Previdência Privada	-	1.230	1.055.367	1.056.597				

- (1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$233.931, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$222.206. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;
- (2) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
- (3) Deságio na 7ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

	Data Próximo Pqto Juros	Freq. Pqto Juros	Data Próxima Amortiz.	Vencto Final	Freq.de Amortiz	Sistem. Amortiz	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					Total
							2022	2023	2024	2025	2026+	
Financ./Emprést. Moeda Estrangeira							-	-	-	9.702	-	9.702
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos	11/03/2021	Semestral	15/04/2024	15/04/2024	Única	Bullet	-	-	-	9.702	-	9.702
Financ./Empréstimos Moeda Nacional							790.403	789.519	517.467	1.028.463	780.672	3.906.524
Eletrobrás	30/01/2021	Mensal	30/01/2021	30/08/2023	Mensal	SAC	3.264	2.380	-	-	-	5.644
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão	15/02/2021	Anual	15/02/2021	15/02/2025	Anual	SAC	247.911	247.911	247.911	247.911	-	991.644
Debêntures 1ª Série 7ª Emissão	15/01/2021	Mensal	15/01/2021	15/06/2024	Mensal	SAC	540.000	540.000	270.000	-	-	1.350.000
Debêntures 2ª Série 7ª Emissão	15/06/2021	Semestral	15/06/2021	15/06/2026	Anual	SAC	-	-	-	792.569	792.572	1.585.141
(-) Custos de Transação							(772)	(772)	(444)	(2.867)	(2.750)	(7.605)
(-) Deságio (1)							-	-	-	(9.150)	(9.150)	(18.300)
Dívidas com Fundo de Pensão							121.224	128.497	81.346	29.742	4.072.489	4.433.298
Plano de Saúde, Odontológico e Seg.Vida							-	-	-	-	2.757.954	2.757.954
Forluz - Reserva Contratada	31/01/2021	Mensal	31/01/2021	30/06/2024	Mensal	Price	96.252	102.027	53.287	-	-	251.566
Forluz - Equacionamento (déficit 2015, 2016 e 2017)	01/01/2021	Mensal	01/01/2021	01/02/2033	Mensal	Price	24.972	26.470	28.059	29.742	259.168	368.411
Forluz - Previdência Privada							-	-	-	-	1.055.367	1.055.367

- (1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$233.931, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$222.206. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;
- (2) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
- (3) Deságio na 7ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série.

A abertura dos ativos financeiros está apresentada a seguir:

	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.
Ativos Financeiros							
Caixa e Aplicações Financeiras							
Saldo final de caixa	-	77.758	-	77.758	Sim		
Aplic. Finan. - CDB	8	9.800	-	9.808	Sim	CDI	106,6%
Aplic. Finan. - Outros Fundos de Invest.	15.761	2.088.358	472.371	2.576.490	Sim	CDI	65% a 130%
Aplic. Finan. - Outros	1.986	579.301	-	581.287	Sim		
TOTAL	17.755	2.755.217	472.371	3.245.343			

As instituições financeiras estão adimplentes com as operações contratadas pela Companhia. Mais detalhes nas notas explicativas nº 6 e 7 destas demonstrações contábeis regulatórias.

A composição do endividamento e dívida líquida está apresentada a seguir:

	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Total 2020	Total 2019
Dívida bruta					
Financ. / emprést. moeda estrangeira	2.023	-	9.702	11.725	18.051
Financ. / emprést. moeda nacional	71.914	1.107.077	3.906.524	5.085.515	5.776.871
Fundo de pensão	-	213.284	4.433.298	4.646.582	4.560.298
	73.937	1.320.361	8.349.524	9.743.822	10.355.220
Ativos financeiros					
Alta liquidez	(1.986)	(657.059)	-	(659.045)	(234.346)
Demais aplicações financeiras	(15.769)	(2.098.158)	(472.371)	(2.586.298)	(111.460)
	(17.755)	(2.755.217)	(472.371)	(3.245.343)	(345.806)
Dívida líquida	56.182	(1.434.856)	7.877.153	6.498.479	10.009.414

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Moedas							
Dólar Norte-Americano	2.023	-	-	9.702	-	-	11.725
Total por moedas	2.023	-	-	9.702	-	-	11.725
Indexadores							
IPCA (1)	634.342	247.911	247.911	247.911	1.040.480	792.572	3.211.127
UFIR/RGR (2)	3.414	3.265	2.379	-	-	-	9.058
CDI (3)	541.927	540.000	540.000	270.000	-	-	1.891.927
Total por Indexadores	1.179.683	791.176	790.290	517.911	1.040.480	792.572	5.112.112
(-) Custos de transação	(692)	(772)	(772)	(444)	(2.867)	(2.750)	(8.297)
(-) Deságio	-	-	-	-	(9.150)	(9.150)	(18.300)
Total geral	1.181.014	790.404	789.518	527.169	1.028.463	780.672	5.097.240

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada em 2020 (%)	Variação acumulada em 2019 (%)	Indexador	Variação acumulada em 2020 (%)	Variação acumulada em 2019 (%)
Dólar Norte-Americano	28,93	4,02	IPCA	4,52	4,31
			CDI	2,77	5,97

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.263.408
Captações	3.660.000
Custos de transação	(10.183)
Deságio na emissão de títulos	(23.095)
Captações líquidas	3.626.722
Variação monetária	90.814
Variação cambial	(7.854)
Encargos financeiros provisionados	397.362
Amortização do custo de transação	25.737
Encargos financeiros pagos	(441.750)
Amortização de principal	(4.172.532)
Subtotal	5.781.907
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	13.015
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.794.922
Variação monetária	142.354
Variação cambial	(6.506)
Encargos financeiros provisionados	227.192
Amortização do custo de transação	2.039
Encargos financeiros pagos	(244.027)
Amortização de principal	(811.705)
Reclassificação de empréstimos para Outros Credores (1)	(7.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.097.240

(1) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI + 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI + 6%). Em 2020, o saldo desses aportes foi reclassificado para Outros Credores (Clientes).

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Companhia transferiu para o ativo intangível e imobilizado os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2020	2019
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	227.192	397.362
Encargos financeiros capitalizados nos ativos intangível e imobilizado (1) (Nota 14)	(31.559)	(20.661)
Efeito líquido no resultado	195.633	376.701

(1) A taxa média de capitalização foi de 5,60% a.a. em 2020 (7,31% a.a. em 2019).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

Aval e fiança	3.453.754
Recebíveis	1.622.703
Ações	20.138
Sem garantia	645
TOTAL	5.097.240

Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de Debêntures (1)	Dívida líquida / Ebitda ajustado (2)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
(1)	O título descrito acima possui exigibilidade de cumprimento da cláusula restritiva em conformidade aos índices requeridos até o seu vencimento, conforme demonstrado em quadro detalhado do início desta nota explicativa.			
(2)	O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual e subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.			

As cláusulas restritivas foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

18. ENCARGOS SETORIAIS

	2020	2019
Passivo		
Eficiência energética	661.893	646.003
Pesquisa e desenvolvimento	329.575	320.904
Reserva global de reversão – RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	1.683	1.621
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	89.825	16
	1.133.846	1.019.414
Passivo circulante	876.039	1.010.629
Passivo não circulante	257.807	8.785

19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Fundo de pensão Forluz (plano de pensão e suplementação de aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano misto de benefícios previdenciários (“Plano B”) - Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) - Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações contábeis regulatórias

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida de acordo com os termos do pronunciamento técnico IAS 19/CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base 31 de dezembro de 2020.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$342.369 (R\$410.343 em 31 de dezembro de 2019). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2020, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência desses déficits é de R\$391.333 (R\$398.584 em 31 de dezembro de 2019, referente aos déficits de 2015 e 2016). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$262.889, e até 2033 para o déficit de 2017, no valor de R\$128.444. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em dezembro de 2020, em conformidade à legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$116.228, através de 166 parcelas mensais. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

Informações atuariais

2020	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Valor presente das obrigações	8.088.978	2.400.299	45.751	410.232	10.945.260
Valor justo dos ativos do plano	(6.310.293)	-	-	-	(6.310.293)
Passivo líquido inicial	1.778.685	2.400.299	45.751	410.232	4.634.967
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	11.614	-	-	-	11.614
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.790.299	2.400.299	45.751	410.232	4.646.581

2019	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Valor presente das obrigações	8.128.669	2.245.400	42.817	426.977	10.843.863
Valor justo dos ativos do plano	(6.314.174)	-	-	-	(6.314.174)
Passivo líquido inicial	1.814.495	2.245.400	42.817	426.977	4.529.689
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	30.610	-	-	-	30.610
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.845.105	2.245.400	42.817	426.977	4.560.299

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2018	6.815.908	1.695.721	33.979	316.299	8.861.907
Custo do serviço corrente	361	10.367	233	1.821	12.782
Juros sobre a obrigação atuarial	592.913	150.712	3.021	28.433	775.079
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	4.177	228	12	(120)	4.297
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	1.258.739	421.416	8.086	97.749	1.785.990
Decorrentes de ajustes com base na experiência	5.007	60.471	(781)	(9.894)	54.803
	1.267.923	482.115	7.317	87.735	1.845.090
Benefícios pagos	(548.436)	(93.515)	(1.733)	(7.311)	(650.995)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019	8.128.669	2.245.400	42.817	426.977	10.843.863
Custo do serviço corrente	848	15.299	360	2.705	19.212
Juros sobre a obrigação atuarial	542.546	155.733	2.985	30.288	731.552
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	81.870	288.703	2.949	-	373.522
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(227.578)	(111.289)	(2.778)	(25.902)	(367.547)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	116.314	(91.000)	1.427	(16.739)	10.002
	(29.394)	86.414	1.598	(42.641)	15.977
Benefícios pagos	(553.691)	(102.547)	(2.009)	(7.097)	(665.344)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2020	8.088.978	2.400.299	45.751	410.232	10.945.260

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2018	5.551.636
Retorno real dos investimentos	1.166.483
Contribuições do empregador	144.491
Benefícios pagos	(548.436)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2019	6.314.174
Retorno real dos investimentos	396.858
Contribuições do empregador	152.951
Benefícios pagos	(553.691)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2020	6.310.292

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2020 e 2019 são como segue:

2020	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	848	15.299	360	2.705	19.212
Juros sobre a obrigação atuarial	542.546	155.733	2.985	30.288	731.552
Rendimento sobre os ativos do plano	(415.724)	-	-	-	(415.724)
Despesa total em 2020 conforme cálculo atuarial	127.670	171.032	3.345	32.993	335.040

2019	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	361	10.367	233	1.821	12.782
Juros sobre a obrigação atuarial	592.913	150.712	3.021	28.433	775.079
Rendimento sobre os ativos do plano	(470.561)	-	-	-	(470.561)
Despesa total em 2019 conforme cálculo atuarial	122.713	161.079	3.254	30.254	317.300

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	1.356.045	1.695.721	33.979	316.299	3.402.044
Despesa reconhecida no resultado	122.713	161.079	3.254	30.254	317.300
Contribuições pagas	(144.491)	(93.515)	(1.733)	(7.311)	(247.050)
Perdas (ganhos) atuariais	510.838	482.115	7.317	87.735	1.088.005
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	1.845.105	2.245.400	42.817	426.977	4.560.299
Despesa reconhecida no resultado	127.670	171.032	3.345	32.994	335.041
Contribuições pagas	(152.951)	(102.547)	(2.009)	(7.098)	(264.605)
Perdas (ganhos) atuariais	(29.524)	86.414	1.598	(42.642)	15.846
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	1.790.300	2.400.299	45.751	410.231	4.646.581
				31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante				213.283	201.241
Passivo não circulante				4.433.298	4.359.058

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$296.844 (R\$276.663 em 2019), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$38.197 (R\$40.637 em 2019).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida no exercício de 2021 é como segue:

2021	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	922	15.187	356	2.381	18.846
Juros sobre a obrigação atuarial	537.238	167.161	3.240	29.265	736.904
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(414.911)	-	-	-	(414.911)
Estimativa de despesa total em 2021 conforme cálculo atuarial	123.249	182.348	3.596	31.646	340.839

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2021 é como segue:

	Planos de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	557.717	122.194	2.094	12.933	694.938

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2021 no montante de R\$160.172 para amortização de déficit do Plano A e de R\$55.829 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Plano A	Plano B			
11,58	12,81	12,81	13,80	15,01

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2020	2019
Ações	9,25%	9,51%
Títulos de renda fixa	72,17%	72,28%
Imóveis	3,71%	3,79%
Outros	14,86%	14,42%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2020	2019
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	203.110	195.339
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia	220.522	343.408
	423.632	538.747

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2020			2019		
	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro de Vida	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro de Vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	6,83%	7,14%	7,25%	6,87%	7,09%	7,19%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	6,83%	Não aplicável	Não aplicável	6,87%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,32%	3,32%	3,32%	3,61%	3,61%	3,61%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,32%	Não aplicável	4,56%	3,61%	Não aplicável	4,85%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49 M	MI-85 F	MI-85 F	AT-49 M	MI-85 F	MI-85 F
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1,00%	-	-	1,00%	-

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1% a.a.

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2020:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	203.908	57.006	939	(11.248)	250.605
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	(204.807)	(57.361)	(948)	11.956	(251.160)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	919.580	354.162	7.299	83.595	1.364.636

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do crédito unitário projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no balanço patrimonial.

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

20. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2019	Adições	Reversões	Liquidações	2020
Trabalhistas	382.915	76.496	(36.903)	(85.444)	337.064
Cíveis					
Relações de consumo	17.767	21.408	(44)	(17.591)	21.540
Outras ações cíveis	16.329	19.144	-	(6.356)	29.117
	34.096	40.552	(44)	(23.947)	50.657
Tributárias	774.348	79.071	(37.797)	(168)	815.454
Ambientais	2	3	-	-	5
Regulatórias	16.575	13.820	(759)	(9)	29.627
Outras	13.215	5.603	(3.031)	(1.832)	13.955
Total	1.221.151	215.545	(78.534)	(111.400)	1.246.762

	2018	Adições	Reversões	Liquidações	2019
Trabalhistas	366.951	129.778	(37.411)	(76.403)	382.915
Cíveis					
Relações de consumo	17.945	20.375	(404)	(20.149)	17.767
Outras ações cíveis	28.084	14.933	(11.755)	(14.933)	16.329
	46.029	35.308	(12.159)	(35.082)	34.096
Tributárias	2.111	772.684	(227)	(220)	774.348
Ambientais	1.209	-	(1.207)	-	2
Regulatórias	16.990	111	(415)	(111)	16.575
Outras	6.599	8.305	(31)	(1.658)	13.215
Total	439.889	946.186	(51.450)	(113.474)	1.221.151

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários das demonstrações contábeis regulatórias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.163.625 (R\$1.434.014 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$337.064 (R\$382.915 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou parcialmente procedente duas Ações Declaratórias de Constitucionalidade e definiu que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa SELIC, afastando a aplicabilidade da Taxa Referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral. Os efeitos desta decisão foram modulados da seguinte forma:

- ✓ Os pagamentos realizados, em tempo e modo oportunos, mediante aplicação da TR, do IPCA-E ou de qualquer outro índice, deverão ser mantidos válidos e não ensejarão qualquer rediscussão;
- ✓ Os processos em curso, que estejam sobrestados na fase de conhecimento, devem ter aplicação da taxa SELIC de forma retroativa, sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF; e,

- ✓ Aplicação automática do entendimento às ações transitadas em julgado, desde que não haja qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros, inclusive em caso de omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$117.229 (R\$56.211 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$21.540 (R\$17.767 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$277.595 (R\$228.500 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$29.117 (R\$16.329 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$990.654 (R\$950.209 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$808.447 (R\$772.684 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Demais ações tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$109.540 (R\$54.579 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$7.007 (R\$1.664 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$256.803 (R\$208.537 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$29.627 (R\$16.575 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$356.236 (R\$321.567 em 31 de dezembro de 2019) dos quais R\$687 (R\$4.002 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$428.111 (R\$381.826 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$13.272 (R\$9.215 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$204.739 (R\$202.042 em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$211.026 (R\$207.067 em 31 de dezembro de 2019) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$91.233 (R\$93.571 em 31 de dezembro de 2019). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa aos temas questionados.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$85.944 (R\$41.944 em 31 de dezembro de 2019) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$284.856 (R\$305.571 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões regulatórias

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$35.973 (R\$30.015 em 31 de dezembro de 2019).

Majoração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido, em primeira instância, foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$356.907 (R\$326.719 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$167.168 (R\$148.904 em 31 de dezembro de 2019) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

21. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Amortização Taxa Média Anual %	Custo Histórico	Reavaliação	Total 31/12/2020
Em serviço	3,93	(4.391.517)	(5.595.769)	(9.987.286)
Participação da União, Estados e Municípios		(431.860)	(574.529)	(1.006.389)
Participação Financeira do Consumidor		(3.423.780)	(4.419.917)	(7.843.697)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		(4.052)	(6.016)	(10.068)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(78.301)	(118.913)	(197.214)
Pesquisa e Desenvolvimento		(4.424)	(3.995)	(8.419)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica		(306.080)	(464.836)	(770.916)
Outros				
Ultrapassagem de demanda		(42.051)	-	(42.051)
Excedente de reativos		(97.243)	-	(97.243)
Outros		(3.726)	(7.563)	(11.289)
(-) Amortização Acumulada - AIS	3,93	1.438.570	2.735.824	4.174.394
Participação da União, Estados e Municípios		89.757	353.647	443.404
Participação Financeira do Consumidor		1.120.517	1.977.906	3.098.423
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		2.078	3.744	5.822
Programa de Eficiência Energética - PEE		41.007	73.818	114.825
Pesquisa e Desenvolvimento		2.731	2.480	5.211
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica		163.265	320.481	483.746
Outros				
Ultrapassagem de demanda		5.199	-	5.199
Excedente de reativos		12.023	-	12.023
Outros		1.993	3.748	5.741
Em curso		(626.667)	-	(626.667)
Participação da União, Estados e Municípios		(72.417)	-	(72.417)
Participação Financeira do Consumidor		(360.356)	-	(360.356)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimento no Serviço Concedido		(3)	-	(3)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(17.251)	-	(17.251)
Pesquisa e Desenvolvimento		(692)	-	(692)
Outros		(175.948)	-	(175.948)
Total		(3.579.614)	(2.859.945)	(6.439.559)

	Saldo Inicial em 31/12/2019	Adição (A)	Transferências (B)	Saldo Final em 31/12/2020	Adições líquidas = (A) + (B)
Em serviço	(9.779.866)	(1.975)	(205.445)	(9.987.286)	(207.420)
Participação da União, Estados e Municípios	(985.632)	(347)	(20.410)	(1.006.389)	(20.757)
Participação financeira do consumidor	(7.657.521)	(1.232)	(184.944)	(7.843.697)	(186.176)
Doações e subvenções destinadas a invest. serviço concedido	(9.977)	-	(91)	(10.068)	(91)
Programa de eficiência energética - PEE	(197.214)	-	-	(197.214)	-
Pesquisa e desenvolvimento	(8.023)	(396)	-	(8.419)	(396)
Universalização do serviço público de energia elétrica	(770.916)	-	-	(770.916)	-
Outros					
Ultrapassagem de demanda	(42.051)	-	-	(42.051)	-
Excedente de reativos	(97.243)	-	-	(97.243)	-
Outros	(11.289)	-	-	(11.289)	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	3.786.975	387.419	-	4.174.394	387.419
Participação da união, estados e municípios	405.262	38.142	-	443.404	38.142
Participação financeira do consumidor	2.793.666	304.757	-	3.098.423	304.757
Doações e subvenções destinadas a invest.serviço concedido	5.432	390	-	5.822	390
Programa de eficiência energética - PEE	107.112	7.713	-	114.825	7.713
Pesquisa e desenvolvimento	4.689	522	-	5.211	522
universalização do serviço público de energia elétrica	453.880	29.866	-	483.746	29.866
Outros					
Ultrapassagem de demanda	3.513	1.686	-	5.199	1.686
Excedente de reativos	8.124	3.899	-	12.023	3.899
Outros	5.297	444	-	5.741	444
Em curso	(466.292)	(365.820)	205.445	(626.667)	(160.375)
Participação da união, estados e municípios	(66.524)	(26.303)	20.410	(72.417)	(5.893)
Participação financeira do consumidor	(265.107)	(280.193)	184.944	(360.356)	(95.249)
Doações e subvenções destinadas a investimento no serviço concedido	(3)	(91)	91	(3)	-
Programa de eficiência energética - PEE	(17.251)	-	-	(17.251)	-
Pesquisa e desenvolvimento	(1.033)	341	-	(692)	341
Outros	(116.374)	(59.574)	-	(175.948)	(59.574)
Total	(6.459.183)	19.624	-	(6.439.559)	19.624

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia é de R\$5.371.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

b) Lucro societário por ação

O lucro societário por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2020	2019
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Resultado societário do exercício	1.201.554	1.644.366
Resultado societário básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,51	0,70

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado societário diluído por ação ordinária é igual ao resultado societário básico.

c) Outros resultados abrangentes

Referem-se aos ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego, que consistem dos ganhos ou das perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, e da base de remuneração obrigatória - BRR, cujos valores estão demonstrados na tabela abaixo:

	2020	2019
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	2.004.037	1.993.579
Reserva de reavaliação	(47.112)	(144.735)
Outros resultados abrangentes	1.956.925	1.848.844

d) Reservas de lucros

A composição da conta reservas de lucros apresentada nessas demonstrações contábeis regulatórias é demonstrada como segue:

	2020	2019
Reservas de lucros		
Reserva legal	393.178	333.948
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	54.260	37.308
Reserva de retenção de lucros societária	2.206.232	958.533
Absorção de prejuízos regulatórios	(456.949)	(319.381)
Reserva de retenção de lucros regulatória	1.749.283	639.152
	2.196.721	1.010.408

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos pela Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A partir de 2020, a reserva legal societária passou a ser calculada com base no lucro líquido, ajustado pela reserva de incentivos fiscais, totalizando R\$59.230 em 2020 (R\$82.218 em 2019).

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros societárias referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2020 é de R\$54.260 (R\$37.308 em 31 de dezembro de 2019).

e) Dividendos

Conforme previsto no seu Estatuto Social, a Companhia poderá, a critério da Administração, declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

O Estatuto Social da Companhia determina que, no mínimo, 50% do lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios ao acionista único da Companhia.

Entretanto, o Art. 33º, inciso §2º do Estatuto Social define que o descumprimento de limites anuais globais de indicadores de continuidade coletivos por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) vezes em 5 (cinco) anos poderá, conforme regulação da Aneel, limitar a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio da Companhia, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido diminuído ou acrescido pelos montantes destinados à reserva legal e à reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados, observado o inciso I da subcláusula Primeira da cláusula Sétima do Quinto Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, celebrados entre a Companhia e a União.

Considerando que o indicador global de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC para os períodos de 2016, 2017 e 2019 não foi atendido, aplica-se a limitação para a Cemig D, em 2021, de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio no limite de 25% do lucro líquido diminuído ou acrescido dos montantes destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências, prevista no Art. 2º da Resolução Normativa Aneel 747/2016.

O DEC global foi atendido em 2020 e, caso seja também atendido em 2021, a Companhia fica isenta da obrigação mencionada acima a partir de 2022.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

Em 22 de setembro e 23 de dezembro de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP nos montantes de R\$94.500 e R\$253.069, respectivamente, a ser compensado com o dividendo mínimo obrigatório de 2020, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$118.173, reconhecidos no resultado do exercício de 2020.

	2020
Lucro líquido societário do exercício	1.201.554
Constituição de Reserva Legal - 5%	(59.230)
Lucro líquido societário ajustado	1.142.324
Dividendo Obrigatório – 25% do lucro líquido (considerando a restrição regulatória)	285.581
Dividendos a serem distribuídos - Proposta	
Juros sobre capital próprio	347.569
Dividendos propostos por ação - R\$	0,1473

Proposta de destinação do lucro societário de 2020

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se em 30 de abril de 2021, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido societário de 2020, no montante de R\$1.201.554:

- R\$59.230, relativos a 5% do lucro líquido societário ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$347.569 sejam destinados para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”), declarados em 22 de setembro e 23 de dezembro de 2020, a serem pagos em duas parcelas, sendo R\$285.581 até 30 de dezembro de 2021 e R\$61.988 em 2022;
- R\$16.952 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2020 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$777.803 sejam mantidos no patrimônio líquido na conta de reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2021.

Considerando que os juros sobre o capital próprio foram superiores aos limites de dividendos previstos pela Aneel, a Administração irá propor que dos R\$347.569 declarados, somente a parcela de R\$285.581 seja paga até 30 de dezembro de 2021, sendo o valor remanescente, de R\$61.988 a ser pago em 2022, considerando a premissa que o DEC global será atendido pela Companhia em 2021, o que extinguirá a limitação de pagamentos de dividendos prevista no Contrato de Concessão.

23. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Nº Consumidores (*)		GWh (*)		R\$	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Fornecimento - faturado						
Residencial	7.113.837	6.966.696	10.980.626	10.538.342	5.181.272	5.096.665
Industrial	29.525	29.875	1.772.812	2.383.097	681.970	878.536
Comercial	776.942	805.811	4.383.757	5.214.433	2.422.373	2.565.328
Rural	688.201	647.064	3.749.372	3.792.159	1.425.657	1.344.765
Poder público	66.388	66.855	713.984	904.879	309.395	390.207
Iluminação pública	6.144	6.677	1.242.760	1.357.293	286.904	317.445
Serviço público	13.676	11.906	1.362.402	1.371.992	597.181	602.320
	8.694.713	8.534.884	24.205.713	25.562.195	10.904.752	11.195.266
Componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização						
Suprimento - faturado	-	-	-	-	235.905	-
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	-	(6.561)
Uso da rede elétrica de distribuição - faturada						
Consumidores cativos	-	-	-	-	8.254.176	8.653.813
Consumidores livres	-	-	-	-	3.045.719	2.746.532
Fornecimento/ suprimento/rede elétrica - não faturada						
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	13.120	117.872
Constituição e amortização - ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	454.741	57.988
	-	-	-	-	467.861	175.860
Serviços cobráveis					10.821	17.351
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					1.374.055	1.248.458
Total	8.694.713	8.534.884	24.205.713	25.562.195	24.559.609	24.030.719

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2020	2019
Impostos sobre a Receita		
ICMS	5.272.516	5.417.298
PIS/Pasep	316.908	349.309
Cofins	1.459.701	1.608.939
ISSQN	726	756
	7.049.851	7.376.302
Encargos do Consumidor		
Programa de eficiência energética-PEE	72.631	68.584
Conta de desenvolvimento energético-CDE	2.208.555	2.213.435
Pesquisa e desenvolvimento-P&D	29.053	27.434
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-FNDCT	29.053	27.434
Pesquisa expansão sistema energético-EPE	14.526	13.717
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	149.419	294.004
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	19.779	18.801
	2.523.016	2.663.409
	9.572.867	10.039.711

24. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"

	2020	2019
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	1.990.221	1.429.355
Contratos por cotas de garantia física	821.491	754.595
Cotas das usinas de Angra I e II	302.969	269.172
Energia de curto prazo - CCEE	1.056.266	1.773.539
Contratos bilaterais	333.676	310.979
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	3.368.565	3.053.341
PROINFA	317.587	375.442
Geração distribuída	678.113	206.862
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(707.967)	(656.407)
	8.160.921	7.516.878
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	1.799.091	1.458.939
	9.960.012	8.975.817

25. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

a) Pessoal e administradores	2020	2019
Pessoal	1.264.668	1.319.169
Remuneração	482.388	487.578
Encargos	169.925	169.213
Previdência privada - corrente	47.278	45.625
Programa de demissão voluntária	19.299	-
Despesas rescisórias	21.335	22.807
Participação nos lucros e resultados - PLR	92.577	182.856
Outros benefícios - corrente	94.484	95.022
Benefícios pós-emprego - prev. privada - déficit ou superávit atuarial	92.818	82.076
Outros benefícios pós-emprego - déficit ou superávit atuarial	204.026	194.587
Outros	40.538	39.405
Administradores	10.401	9.639
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	9.531	8.772
Benefícios dos administradores	870	867
Total	1.275.069	1.328.808

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2020

Em abril de 2020, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2020), com período de adesão de 04 a 22 de maio de 2020, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço na empresa igual ou superior a 25 anos, a completar até 31 de dezembro de 2020. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias legais, 50% do valor do aviso prévio, depósito da multa correspondente a 20% do valor base do FGTS, prêmio adicional de 50% do aviso prévio e do valor equivalente à multa de 20% do FGTS, e demais encargos previstos na legislação.

O montante apropriado como despesa relativa ao PDVP foi de R\$45.584, correspondendo à adesão de 329 empregados.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2019

O saldo de 31 de dezembro de 2019 inclui o montante de R\$14.728, apropriado no primeiro trimestre de 2019, como despesa relativa ao PDVP 2019, incluindo as verbas rescisórias, correspondente à adesão de 108 empregados.

b) Serviços de terceiros	2020	2019
Leitura de medidores e entrega de contas	126.970	127.948
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	403.628	361.850
Comunicação	67.438	64.623
Conservação e limpeza de prédios	82.651	81.246
Conservação e limpeza de faixa, estradas e azeiros	69.748	57.484
Corte e religação	39.107	70.366
Podas de árvores	47.600	45.991
Serviços advocatícios e custas processuais	18.521	17.997
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	4.732	4.194
Serviços de tecnologia da informação	58.499	47.413
Mão de obra contratada	5.162	9.964
Hospedagem e alimentação	6.462	9.844
Vigilância	10.312	9.396
Manutenção e conservação de veículos	1.898	2.481
Reprografia e publicações legais	14.438	18.484
Consultoria	13.759	6.605
Despesas com transporte - pessoa jurídica	5.147	5.685
Inspeção de unidades consumidoras	35.162	14.124
Fretes e passagens	731	3.168
Outros	43.425	57.017
	1.055.390	1.015.880

c) Provisões (reversões) operacionais	2020	2019
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	358.219	243.388
Perdas estimadas para outros créditos a receber (reversão)	-	6.769
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável	1.571	2.665
Provisão (reversão) para contingências (Nota 20)		
Trabalhistas	39.593	92.367
Cíveis	40.508	23.149
Tributárias	41.274	772.457
Ambientais	3	(1.207)
Regulatórias	13.061	(304)
Outras	2.572	8.274
	137.011	894.736
	496.801	1.147.558

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	50.222	36.058
Acréscimos moratórios de contas de energia	390.012	341.840
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (Nota 17)	6.506	7.854
Variações cambiais de Itaipu	40.862	19.197
Variações monetárias	4.690	11.210
Varição monetária depósitos judiciais	10.538	19.916
Varição monetária - ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 13)	79.907	212.904
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(28.216)	(51.221)
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	24.811	1.034.352
Outras	29.679	30.478
	609.011	1.662.588
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	(195.633)	(376.701)
Amortização do custo de transação (Nota 17)	(2.039)	(25.737)
Encargos de variação monetária - Forluz	(38.197)	(40.637)
Variações cambiais de Itaipu	(87.639)	(32.251)
Varição monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	(142.354)	(90.814)
Varição monetária - ativos e passivos financeiros setoriais (nota 13)	(47.958)	(107.502)
Varição monetária de P&D e PEE	(14.521)	(17.021)
Outras variações monetárias	(30.675)	(7.545)
Outras	(21.360)	(35.973)
	(580.376)	(734.181)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	28.635	928.407

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e revendedores (1)	334.824	345.929	-	-	127.385	166.263	-	-
Cemig								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (2)	-	-	10.072	7.234	-	-	(33.305)	(32.444)
Prestação de serviço	-	-	-	-	-	4.082	-	(1.693)
Operações com energia elétrica (3)	73	-	-	-	-	1.011	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	309.434	822.183	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (2)	-	-	1.707	1.669	-	-	(5.700)	(7.479)
Operações com energia elétrica (3)	1.245	972	29.421	30.618	27.194	27.538	(300.410)	(270.418)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	8.037	7.620	41.592	39.102	(87.473)	(82.449)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	22.668	-	-	-	(203.200)	-
Ressarcimento de energia descontratada (4)	-	3.504	-	-	-	4.246	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	25.154	24.459	-	-	(225.249)	(217.358)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	922	924	-	-	(8.410)	(7.958)
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	7.188	7.268	-	-	(88.345)	(83.595)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviço (5)	-	-	3.722	3.177	134	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	144	567	5.348	4.916	(4.785)	(5.042)
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	-	-	1.767	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	107.284	5.376	-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários	2.100.746	109.567	-	-	20.097	689	-	-
Não circulante								
Investimentos temporários	472.371	269	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (6)	-	-	114.956	104.928	-	-	(127.670)	(122.713)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (7)	-	-	-	-	-	-	(53.287)	(52.794)
Custeio administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(21.863)	(21.782)
Arrendamento operacional (9)	127.659	135.147	16.644	24.396	-	-	(1.843)	(37.060)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (6)	-	-	1.675.343	1.740.177	-	-	-	-
Arrendamento operacional (9)	-	-	119.512	115.498	-	-	-	-
Cemig Saúde								

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (10)	-	-	104.556	95.231	-	-	(174.377)	(164.333)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (10)	-	-	2.341.494	2.192.986	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2020 encontravam-se 20 parcelas em aberto. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. A Cemig D protocolou requerimento junto à Secretaria do Estado de Minas Gerais para adesão aos termos da Lei Estadual 23.510/2020 no intuito de compensar parte do ICMS a recolher com a dívida que o Governo do Estado de Minas Gerais possui com a Companhia. Nesse momento, a Secretaria de Estado de Fazenda está validando as faturas apresentadas para autorizar a compensação de créditos ainda não efetivada. Sendo assim, a Companhia reverteu R\$209.935 que estavam provisionadas na forma de PECLD;
- Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado, organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, as operações são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig D, finalizado em janeiro de 2020;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 19 destas demonstrações contábeis regulatórias);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até novembro de 2020 e agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Com objetivo de reduzir os custos com instalações, em novembro de 2019, a Cemig realizou a devolução parcial do edifício Aureliano Chaves para a Forluz e em novembro de 2020, ao término do contrato, a Cemig optou por não realizar a renovação contratual e, portanto, desocupou totalmente as instalações do edifício Aureliano Chaves;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 19 destas demonstrações contábeis regulatórias).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Investimentos Temporários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2020, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
				Cemig D	Cemig D
GASMIG	Nota promissória	107% do CDI	25/09/2020	-	447
				-	447

(1) Percentual de participação da Cemig D no FIC Pampulha.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019
Remuneração	9.857	8.802
Participação nos resultados	3.278	2.065
Previdência privada	724	752
Planos de saúde e odontológico	94	85
Total	13.953	11.704

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2020		2019	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Investimentos temporários - aplicações financeiras	2	754.013	754.013	14.147	14.147
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 7)	2	2.947.137	2.947.137	3.016.510	3.016.510
Consumidores - contas a receber do Estado de Minas Gerais (Nota 7)	2	334.824	334.824	422.034	422.034
Investimentos temporários - Fundos vinculados	2	9.808	9.808	1.195	1.195
Ativos financeiros setoriais	3	1.645.890	1.645.890	3.430.693	3.430.693
Outros ativos - Reembolso de subsídios tarifários	2	82.616	82.616	93.673	93.673
Outros ativos - Subvenção baixa renda	2	43.072	43.072	29.582	29.582
Depósitos judiciais e cauções	2	527.628	527.628	1.766.042	1.766.042
Valores a receber de partes relacionadas - ressarcimento de energia descontratada	2	-	-	3.504	3.504
		6.344.988	6.344.988	8.777.380	8.777.380
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	581.287	581.287	41.574	41.574
Investimentos temporários					
Certificados de depósitos bancários	2	341.413	341.413	-	-
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	457.503	457.503	13.900	13.900
Letras financeiras - bancos	2	1.023.561	1.023.561	82.203	82.203
Debêntures	2	-	-	15	15
		1.822.477	1.822.477	96.118	96.118
		2.403.764	2.403.764	137.692	137.692
		8.748.752	8.748.752	8.915.072	8.915.072
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(5.097.240)	(5.097.240)	(5.794.922)	(5.794.922)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(342.369)	(342.369)	(410.343)	(410.343)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(391.333)	(391.333)	(398.584)	(398.584)
Passivos financeiros setoriais	3	(1.744.531)	(1.744.531)	(2.549.079)	(2.549.079)
Fornecedores	2	(1.783.607)	(1.783.607)	(1.534.689)	(1.534.689)
		(9.359.080)	(9.359.080)	(10.687.617)	(10.687.617)

(1) Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 131,21% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 6,00%, CDI + 0,16% a CDI + 0,97%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em decorrência de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira indexados à variação do dólar norte americano e pelo pagamento de energia comprada de Itaipu, com impactos em seu fluxo de caixa. O risco relacionado à compra de energia de Itaipu é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	2020		2019	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	(2.256)	(11.725)	(4.478)	(18.051)
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(62.593)	(325.277)	(60.229)	(242.766)
Passivo líquido exposto		(337.002)		(260.817)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 31 de dezembro de 2021 será uma valorização de 0,06% (R\$5,20). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições cambiais	2020	31 de dezembro de 2021		
	Valor contábil	Cenário dólar R\$5,20	Cenário dólar R\$6,50	Cenário dólar R\$7,80
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	(11.725)	(11.732)	(14.666)	(17.599)
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(325.277)	(325.484)	(406.854)	(488.225)
Passivo líquido exposto	(337.002)	(337.216)	(421.520)	(505.824)
Efeito líquido da variação cambial		(214)	(84.518)	(168.822)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais em 31 de dezembro de 2020. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre as receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros líquida dos efeitos sobre as despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. O passivo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	2020	2019
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 5)	581.287	41.574
Investimentos temporários (Nota 6)	2.586.298	111.460
Ativos financeiros setoriais (Nota 12)	1.645.890	3.430.693
Valores a receber de partes relacionadas - ressarcimento de energia descontratada (Nota 26)	-	3.504
	4.813.475	3.587.231
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (Nota 18)	(1.891.927)	(2.164.083)
Passivos financeiros setoriais (Nota 12)	(1.744.531)	(2.549.079)
	(3.636.458)	(4.713.162)
Ativo (passivo) líquido exposto	1.177.017	(1.125.931)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2021, a taxa Selic será de 5,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Redução nas taxas de juros nacionais	2020	31 de dezembro de 2021		
	Valor contábil	Cenário Selic 5,50%	Cenário Selic 4,13%	Cenário Selic 2,75%
Ativos				
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 5)	581.287	613.258	605.294	597.272
Investimentos temporários (Nota 6)	2.586.298	2.728.544	2.693.112	2.657.421
Ativos financeiros setoriais (Nota 12)	1.645.890	1.736.414	1.713.865	1.691.152
	4.813.475	5.078.216	5.012.271	4.945.845
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (Nota 18)	(1.891.927)	(1.995.983)	(1.970.064)	(1.943.955)
Passivos financeiros setoriais (Nota 12)	(1.744.531)	(1.840.480)	(1.816.580)	(1.792.506)
	(3.636.458)	(3.836.463)	(3.786.644)	(3.736.461)
Ativo líquido exposto	1.177.017	1.241.753	1.225.627	1.209.384
Efeito líquido da variação das taxas de juros		64.736	48.610	32.367

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2020, sendo parte de seus empréstimos e financiamentos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas também estão relacionados à variação da inflação por meio dos índices IPCA e IGP-M, contrabalanceando parte do risco de exposição da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	2020	2019
Ativos		
Contas a receber do Estado de Minas Gerais - IGP-M (Nota 27)	334.824	422.034
	334.824	422.034
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 17)	(3.211.127)	(3.618.880)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (nota 19)	(342.369)	(410.343)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(391.333)	(398.584)
	(3.944.829)	(4.427.807)
Passivo líquido exposto	(3.610.005)	(4.005.773)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2021, o IPCA será de 4,53% e o IGP-M de 11,65%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	2020	31 de dezembro de 2021		
	Valor contábil	Cenário IPCA 4,53% IGPM 11,65%	Cenário IPCA 5,66% IGPM 14,56%	Cenário IPCA 6,80% IGPM 17,48%
Ativos				
Contas a receber do Estado de Minas Gerais - IGP-M (Nota 27)	334.824	373.831	383.574	393.351
	334.824	373.831	383.574	393.351
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 17)	(3.211.127)	(3.356.591)	(3.392.877)	(3.429.484)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (nota 19)	(342.369)	(357.878)	(361.747)	(365.650)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(391.333)	(409.060)	(413.482)	(417.944)
	(3.944.829)	(4.123.529)	(4.168.106)	(4.213.078)
Passivo líquido exposto	(3.610.005)	(3.749.698)	(3.784.532)	(3.819.727)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(139.693)	(174.527)	(209.722)

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

A Companhia estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e a captação de novos recursos e financiamentos sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	48.681	749.831	508.607	4.027.351	800.721	6.135.191
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	9.106	18.347	83.528	293.999	-	404.980
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	4.025	8.117	37.049	213.453	378.148	640.792
	61.812	776.295	629.184	4.534.803	1.178.869	7.180.963
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.618.085	164.743	779	-	-	1.783.607
	1.679.897	941.038	629.963	4.534.803	1.178.869	8.964.570

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de 31 de dezembro de 2020, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$766.743.

A Companhia administra o risco de perdas advindas de insolvência de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionado às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio líquido	Limite por banco (% do PL) *
Risco federal (RF)	-	10%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Entre 0% e 7%

* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

A controladora da Companhia estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo Cemig;
2. Os bancos dos grupos “RF” e “A1” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos da Covid-19 encontra-se apresentada na nota explicativa nº 1.1 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD), é 105% da energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Em 07 de abril de 2020, a Aneel ampliou de 15% para 30%, em todos os processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) do ano de 2020, o limite referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado pelas distribuidoras, visando facilitar as reduções contratuais, face ao cenário causado pela pandemia de Covid-19.

Em 18 de maio de 2020, o Decreto 10.350/2020 autorizou a criação e gestão da Conta-Covid pela CCEE, tendo como uma de suas finalidades, a cobertura dos efeitos financeiros da sobrecontratação advindos da pandemia. O montante estimado para essa cobertura foi de R\$212.473. O Decreto ainda acrescentou um inciso ao art.3º do Decreto 5.163/2004, prevendo a redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da Covid-19, apurada conforme regulação da Aneel, como um dos itens possíveis de serem tratados como sobrecontratação involuntária, e, desta forma, repassado aos consumidores.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre do Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia e com vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Em razão do processo de fiscalização promovido pela Aneel, foram recalculados os indicadores do Critério de Eficiência com relação à Continuidade dos Serviços para os períodos de janeiro de 2016 a maio de 2019, resultando em violação do limite anual global do indicador global de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC para os exercícios de 2016 e 2017. Considerando que o indicador DEC apurado para o exercício de 2019 também ultrapassou o limite global regulatório, aplicou-se a disposição prevista no art. 2º da Resolução Normativa Aneel 747/2016, que proíbe a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio quando estes valores, isoladamente ou em conjunto, superarem 25% do lucro líquido diminuído ou acrescido dos montantes destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências, prevista no art. 2º da Resolução Normativa Aneel 747/2016. É importante ressaltar que os indicadores internos (DECI e FECi) para manutenção da concessão de distribuição foram atendidos em todos os períodos.

Assim, os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no exercício de 2020.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais informações na nota explicativa nº 17 destas demonstrações contábeis regulatórias.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2020	2019
Total do passivo	27.526.311	29.071.008
Caixa e equivalentes de caixa	(659.045)	(234.346)
Investimentos temporários	(2.586.298)	(111.460)
Passivo líquido	24.280.968	28.725.202
Total do patrimônio líquido	5.611.794	4.533.562
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	4,33	6,34

29. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis regulatórias, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2020 a 29/04/2021	US\$3.370 US\$14.000	US\$51
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2020 a 02/11/2021	R\$74.575	R\$68
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2021 a 08/01/2022	R\$616.157	R\$179
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	08/07/2020 a 08/07/2021	R\$31.082	R\$28
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil	(2)	07/12/2020 a 07/12/2021	R\$545.062	R\$717

(1) Valores expressos em R\$ mil ou US\$ mil;

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$230.662 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função destes riscos.

30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a compra de energia elétrica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.514.968	1.548.077	1.595.172	1.595.172	1.595.172	33.498.611	41.347.172
Transporte de energia elétrica de Itaipu	188.834	215.389	218.223	222.040	158.810	521.088	1.524.384
Compra de energia - leilão	3.416.284	3.387.097	3.378.496	3.536.317	3.327.640	47.855.339	64.901.173
Compra de energia elétrica - Contratos bilaterais	332.339	332.339	332.339	222.118	67.357	79.906	1.366.398
Cotas das usinas Angra 1 e Angra 2	288.424	290.699	298.653	301.096	300.273	6.340.033	7.819.178
Cotas de garantias físicas	811.557	811.557	811.557	811.557	811.557	17.042.697	21.100.482
	6.552.406	6.585.158	6.634.440	6.688.300	6.260.809	105.337.674	138.058.787

31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia realizou as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$31.559 no exercício de 2020 (R\$20.661 em 2019).

32. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Nota	2020				2019			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa		659.045	-	-	659.045	234.346	-	-	234.346
Consumidores	32.2.4	2.728.755	240.200	20.653	2.989.608	2.990.083	31.468	-	3.021.551
Concessionárias e permissionárias		278.193	-	(20.653)	257.540	242.229	-	-	242.229
Serviços em curso	32.2.5	608.947	(608.343)	(604)	-	589.110	(589.110)	-	-
Tributos Compensáveis		1.483.677	-	-	1.483.677	29.101	-	-	29.101
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		128.539	-	-	128.539	235.745	-	-	235.745
Almoxarifado operacional		29.312	-	-	29.312	31.408	-	-	31.408
Investimentos temporários	32.1.1	2.113.927	-	(9.808)	2.104.119	111.155	-	(1.195)	109.960
Ativos financeiros setoriais	32.2.1	918.077	(918.077)	-	-	2.555.462	(1.915.301)	-	640.161
Despesas pagas antecipadamente	32.1.2	2.712	-	(2.712)	-	7.782	-	(7.782)	-
	32.1.1								
Outros ativos circulantes	32.1.2	420.423	(5.375)	25.881	440.929	446.787	(4.414)	20.284	462.657
	32.1.3								
	32.2.1								
TOTAL DO CIRCULANTE		9.371.607	(1.291.595)	12.757	8.092.769	7.473.208	(2.477.357)	11.307	5.007.158
Bens destinados à alienação	32.1.3	12.757	-	(12.757)	-	11.307	-	(11.307)	-
NÃO CIRCULANTE									
Consumidores	32.2.4	240.928	(120.887)	-	120.041	135.820	(135.109)	-	711
Concessionárias e permissionárias		34.085	-	-	34.085	70.412	-	-	70.412
Tributos compensáveis		2.888.626	-	-	2.888.626	5.141.553	-	-	5.141.553
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		66.667	-	-	66.667	-	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções		527.628	-	-	527.628	1.766.042	-	-	1.766.042
Tributos diferidos	32.2.10	1.958.122	(211.102)	-	1.747.020	1.831.491	(89.947)	-	1.741.544
Investimentos temporários		472.371	-	-	472.371	305	-	-	305
Ativos financeiros setoriais	32.2.1	727.813	(595.132)	-	132.681	875.231	(633.778)	-	241.453
Ativos financeiros da concessão	32.2.1	-	530.058	-	530.058	-	459.711	-	459.711
Bens e direitos para uso futuro	32.1.4	94	-	(94)	-	94	-	(94)	-
Serviços em curso	32.2.5	23.570	(23.570)	-	-	44.975	(44.975)	-	-
	32.1.4								
Outros ativos não circulantes	32.1.5	8.243	-	5.622	13.865	31.934	-	5.628	37.562
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	32.1.5	5.528	-	(5.528)	-	5.534	-	(5.534)	-
	32.2.1								
Imobilizado	32.2.2	16.311.840	(16.311.840)	-	-	15.793.337	(15.793.337)	-	-
	32.2.6								
Ativos de contrato	32.2.6	-	1.141.599	-	1.141.599	-	740.044	-	740.044
	32.2.1								
Intangível	32.2.2	488.226	8.719.043	-	9.207.269	423.327	8.515.293	-	8.938.620
	32.2.6								
Operações de arrendamento mercantil – direito de uso	32.2.7	-	166.344	-	166.344	-	212.948	-	212.948
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		23.753.741	(6.705.487)	-	17.048.254	26.120.055	(6.769.150)	-	19.350.905
ATIVO TOTAL		33.138.105	(7.997.082)	-	25.141.023	33.604.570	(9.246.507)	-	24.358.063

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Nota	2020				2019			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Circulante									
Fornecedores		1.783.607	-	-	1.783.607	1.534.689	-	-	1.534.689
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.181.014	-	-	1.181.014	902.949	-	-	902.949
Obrigações sociais e trabalhistas		212.135	-	-	212.135	281.831	-	-	281.831
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		309.434	-	-	309.434	822.183	-	-	822.183
Benefício pós-emprego		213.283	-	-	213.283	201.241	-	-	201.241
Tributos		234.490	-	-	234.490	192.731	-	-	192.731
Encargos setoriais	32.2.5	876.039	(608.343)	-	267.696	1.010.629	(727.268)	-	283.361
Passivos financeiros setoriais	32.2.1	1.149.399	(918.077)	-	231.322	1.915.301	(1.915.301)	-	-
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores		448.019	-	-	448.019	-	-	-	-
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	32.2.7	-	38.521	-	38.521	-	64.034	-	64.034
Outros passivos Circulantes		643.663	-	-	643.663	428.301	-	-	428.301
TOTAL DO CIRCULANTE		7.051.083	(1.487.899)	-	5.563.184	7.289.855	(2.578.535)	-	4.711.320
NÃO CIRCULANTE									
Empréstimos, financiamentos e debêntures		3.916.226	-	-	3.916.226	4.891.973	-	-	4.891.973
Benefício pós-emprego		4.433.298	-	-	4.433.298	4.359.058	-	-	4.359.058
Provisão para litígios		1.246.762	-	-	1.246.762	1.221.151	-	-	1.221.151
Encargos setoriais	32.2.5	257.807	(23.570)	-	234.237	8.785	93.183	-	101.968
Passivos financeiros setoriais	32.2.1	595.132	(595.132)	-	-	633.778	(633.778)	-	-
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos ao consumidor		3.569.837	-	-	3.569.837	4.193.329	-	-	4.193.329
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	32.2.7	-	139.241	-	139.241	-	157.160	-	157.160
Outros Passivos Não Circulantes		16.607	-	-	16.607	13.896	-	-	13.896
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	32.2.2	6.439.559	(6.439.559)	-	-	6.459.183	(6.459.183)	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		20.475.228	(6.919.020)	-	13.556.208	21.781.153	(6.842.618)	-	14.938.535
TOTAL DO PASSIVO		27.526.311	(8.406.919)	-	19.119.392	29.071.008	(9.421.153)	-	19.649.855
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital social		5.371.998	-	-	5.371.998	5.371.998	-	-	5.371.998
Ajustes de avaliação patrimonial	32.2.1 32.2.10	(1.956.925)	(47.112)	-	(2.004.037)	(1.848.844)	(144.735)	-	(1.993.579)
Reservas de lucros	32.2.1 32.2.2 32.2.4 32.2.7	2.196.721	456.949	-	2.653.670	1.010.408	319.381	-	1.329.789
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.611.794	409.837	-	6.021.631	4.533.562	174.646	-	4.708.208
TOTAL DO PASSIVO E PAT.LÍQUIDO		33.138.105	(7.997.082)	-	25.141.023	33.604.570	(9.246.507)	-	24.358.063

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Nota	2020				2019			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
RECEITA		24.559.609	1.526.034	-	26.085.643	24.030.719	1.929.032	-	25.959.751
Fornecimento de energia elétrica		10.917.872	-	-	10.917.872	11.313.138	-	-	11.313.138
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização		266.320	-	-	266.320	-	-	-	-
Energia elétrica de curto Prazo		-	-	-	-	(6.561)	-	-	(6.561)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes		234.347	-	-	234.347	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de distribuição		11.299.895	-	-	11.299.895	11.400.345	-	-	11.400.345
Ativos e passivos financeiros setoriais		454.741	-	-	454.741	57.988	-	-	57.988
Suprimentos a outras concessionárias		1.558	-	-	1.558	-	-	-	-
Serviços cobráveis		10.821	-	-	10.821	17.351	-	-	17.351
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.374.055	-	-	1.374.055	1.248.458	-	-	1.248.458
Receita de construção	32.2.3	-	1.384.334	-	1.384.334	-	936.332	-	936.332
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	32.2.1	-	15.465	-	15.465	-	17.839	-	17.839
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	32.2.8	-	(50.532)	-	(50.532)	-	(57.897)	-	(57.897)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	32.2.9	-	-	-	-	-	830.343	-	830.343
Outras receitas	32.2.9	-	176.767	-	176.767	-	202.415	-	202.415
TRIBUTOS		(7.049.851)	(1.114)	-	(7.050.965)	(7.376.302)	(1.299)	-	(7.377.601)
ICMS	32.2.9	(5.272.516)	(554)	-	(5.273.070)	(5.417.298)	(1.299)	-	(5.418.597)
PIS/Pasep	32.2.9	(316.908)	(100)	-	(317.008)	(349.309)	-	-	(349.309)
Cofins	32.2.9	(1.459.701)	(460)	-	(1.460.161)	(1.608.939)	-	-	(1.608.939)
ISS		(726)	-	-	(726)	(756)	-	-	(756)
ENCARGOS – PARCELA "A"		(2.523.016)	-	-	(2.523.016)	(2.663.409)	-	-	(2.663.409)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(72.632)	-	-	(72.632)	(68.585)	-	-	(68.585)
Programa de EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE		(72.631)	-	-	(72.631)	(68.584)	-	-	(68.584)
Conta de desenvolvimento econômico – CDE		(2.208.555)	-	-	(2.208.555)	(2.213.435)	-	-	(2.213.435)
Taxa de fisc. de serviços de energia elétrica – TFSEE		(19.779)	-	-	(19.779)	(18.801)	-	-	(18.801)
Encargos do consumidor Bandeiras tarifárias		(149.419)	-	-	(149.419)	(294.004)	-	-	(294.004)
RECEITA LÍQUIDA / INGRESSO LÍQUIDO		14.986.742	1.524.920	-	16.511.662	13.991.008	1.927.733	-	15.918.741
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		(9.960.012)	-	-	(9.960.012)	(8.975.817)	-	-	(8.975.817)
Energia elétrica comprada para revenda		(8.160.921)	-	-	(8.160.921)	(7.516.878)	-	-	(7.516.878)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(1.799.091)	-	-	(1.799.091)	(1.458.939)	-	-	(1.458.939)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		5.026.730	1.524.920	-	6.551.650	5.015.191	1.927.733	-	6.942.924
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(3.779.845)	(1.148.906)	-	(4.928.751)	(3.723.233)	(1.671.907)	-	(5.395.140)
Pessoal e administradores		(1.275.069)	-	-	(1.275.069)	(1.328.808)	-	-	(1.328.808)
Materiais		(60.841)	-	-	(60.841)	(62.632)	-	-	(62.632)
Serviços de terceiros		(1.055.390)	-	-	(1.055.390)	(1.015.880)	-	-	(1.015.880)
Arrendamentos e aluguéis	32.2.7	(69.607)	63.595	-	(6.012)	(83.753)	68.866	-	(14.887)
Seguros		(9.491)	-	-	(9.491)	(4.136)	-	-	(4.136)
Doações, contribuições e subvenções		(17.491)	-	-	(17.491)	(29.032)	-	-	(29.032)
Provisões	32.2.4	(496.801)	222.954	1.571	(272.276)	(1.147.558)	44.246	2.665	(1.100.647)
	32.1.7								
Perdas na alienação de bens e direitos	32.2.1	(103.092)	11.637	-	(91.455)	(99.011)	13.527	-	(85.484)
	32.2.2								
(-) Recuperação de despesas		38.469	-	-	38.469	38.126	-	-	38.126
Tributos		(4.523)	-	-	(4.523)	(6.753)	-	-	(6.753)
Depreciação e amortização	32.2.1								
	32.2.2	(730.777)	62.363	-	(668.414)	(763.556)	111.348	-	(652.208)
	32.2.7								
Custo de construção	32.2.3		(1.384.334)	-	(1.384.334)	-	(936.332)	-	(936.332)
Gastos diversos	32.1.7	(209.497)	50.532	(1.571)	(160.536)	(302.175)	57.897	(2.665)	(246.943)
	32.2.8								
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS		-	-	-	-	830.343	(830.343)	-	-
Outras receitas operacionais	32.2.9	214.265	(175.653)	-	38.612	251.592	(201.116)	-	50.476
RESULTADO DA ATIVIDADE		1.246.885	376.014	-	1.622.899	1.291.958	255.826	-	1.547.784
Resultado Financeiro		28.635	(19.667)	-	8.968	928.407	(26.018)	-	902.389
Receitas financeiras	32.1.6	609.011	-	(88.820)	520.191	1.662.588	-	(127.793)	1.534.795
	32.1.6								
Despesas financeiras	32.2.7	(580.376)	(19.667)	88.820	(511.223)	(734.181)	(26.018)	127.793	(632.406)
Resultado Antes dos tributos sobre o Lucro		1.275.520	356.347	-	1.631.867	2.220.365	229.808	-	2.450.173
Tributos sobre o Lucro	32.2.10	(309.157)	(121.156)	-	(430.313)	(727.673)	(78.134)	-	(805.807)
Resultado Líquido do Exercício		966.363	235.191	-	1.201.554	1.492.692	151.674	-	1.644.366

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	Nota	2020	2019
Patrimônio Líquido Societário		6.021.631	4.708.208
Efeito dos Ajustes de Práticas Contábeis			
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	32.2.1	(584.381)	(595.730)
Reavaliação da base de remuneração regulatória (BRR)	32.2.1 32.2.2	71.336	219.250
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	32.2.4	(119.313)	103.641
Operações de Arrendamento	32.2.7	11.417	8.245
Tributos diferidos (IR/CSLL)	32.2.10	211.104	89.948
Ajustes no PL acumulados no exercício		(409.837)	(174.646)
Patrimônio líquido regulatório		5.611.794	4.533.562

e) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Nota	2020	2019
Resultado do Exercício Societário		1.201.554	1.644.366
Efeito dos ajustes de práticas contábeis			
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	32.2.1	(15.465)	(17.839)
Amortização - ativo financeiro BRR	32.2.1	26.814	26.867
Depreciação/Amortização - custo histórico base de remuneração regulatória (BRR)	32.2.1 32.2.2	(136.277)	(189.308)
Base de remuneração regulatória (BRR) – perdas (reversão)	32.2.1 32.2.2	(11.637)	(13.527)
Amortização do direito de uso	32.2.7	(16.495)	(17.773)
Juros de arrendamento	32.2.7	19.667	26.018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	32.2.4	(222.954)	(44.246)
Tributos diferidos (IR/CSLL)	32.2.10	121.156	78.134
Total de ajustes		(235.191)	(151.674)
Resultado do exercício - regulatório		966.363	1.492.692

As principais alterações entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias e as demonstrações financeiras societárias são como segue:

32.1 Reclassificações

Referem-se às diferenças de práticas de apresentação entre normas contábeis societárias e regulatórias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais reclassificações não afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido ou o resultado da Companhia e estão identificadas a seguir:

32.1.1 Investimentos temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em outros ativos circulantes.

32.1.2 Despesas pagas antecipadamente

Na contabilidade regulatória os valores referentes às despesas pagas antecipadamente são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.23 do MCSE .

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização.

32.1.3 Bens destinados à alienação

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.27 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores são apresentados em outros ativos circulantes.

32.1.4 Bens e direitos para uso futuro

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens e direitos para uso futuro são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.36 do MCSE .

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos não circulantes.

32.1.5 Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica são apresentados em rubrica própria, conforme previsto no MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica outros ativos não circulantes.

32.1.6 Variação cambial de Itaipu e atualização monetária dos ativos e passivos financeiros setoriais

Na contabilidade regulatória, o resultado financeiro de variação cambial de Itaipu e atualização monetária dos ativos e passivos financeiros setoriais são apresentados nas rubricas correspondentes de receita ou despesa, em observância ao MCSE, conforme técnicas de funcionamento 7.2.22 e 7.2.89 respectivamente.

Na contabilidade societária o resultado financeiro é apresentado líquido, na receita ou na despesa financeira, conforme resultado obtido no período de apuração.

32.1.7 Provisão para perdas em ativos em curso

Na contabilidade regulatória os valor referente à provisão/reversão de provisão para perdas em ativos em curso (obras canceladas) deve ser apresentado no grupo de provisão para redução ao valor recuperável, conforme técnica de funcionamento 7.2.21 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados na linha de outros custos (gastos diversos).

32.2 Ajustes de práticas contábeis

Referem-se às diferenças entre as normas contábeis regulatórias e societárias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais ajustes afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e/ou resultado da Companhia e estão identificados a seguir:

32.2.1 Ativos financeiros de infraestrutura e ativos e passivos financeiros setoriais

Ativos de infraestrutura

Na contabilidade societária, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no IFRIC 12/ICPC 01 (R1).

A amortização societária reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear.

A Companhia determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro a valor justo, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade à sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em função das diferenças mencionadas acima, na contabilidade regulatória são reconhecidas as despesas de depreciação, amortização e realização dos ativos com efeito no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), sendo que na contabilidade societária somente são feitas as atualizações do valor justo do ativo financeiro da concessão e a amortização do intangível no resultado do exercício.

Ativos e passivos financeiros setoriais

Na contabilidade regulatória, os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais (CVA e outros componentes financeiros) são reconhecidos, em contas de ativo e passivo determinadas para este fim, segregados em curto e longo prazo, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE (técnica de funcionamento 7.2.173). O resultado financeiro apurado sobre esses itens é apresentado nas rubricas correspondentes de receita ou despesa, em observância às técnicas de funcionamento 7.2.22 e 7.2.89 do MCSE.

Na contabilidade societária os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais são apresentados na rubrica ativo financeiro setorial da concessão e passivo financeiro setorial da concessão de forma líquida para o mesmo período de apuração, e somados aos demais ativos e passivos financeiros da concessão. O resultado financeiro é apresentado pelo líquido, na receita ou na despesa financeira, conforme resultado obtido no período de apuração.

32.2.2 Obrigações especiais

Na contabilidade regulatória os valores referentes às obrigações especiais são apresentados em contas específicas do passivo, no subgrupo obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, em observância ao MCSE (técnica de funcionamento 7.2.5).

Na contabilidade societária estes valores são registrados em contas a custo histórico redutoras do ativo financeiro, ativo intangível e/ou ativos de contrato em conformidade com o IFRS 12/ICPC 01 (R1).

32.2.3 Receita de construção e custo de construção

Na contabilidade regulatória não são registradas receitas e custos de construção.

Na contabilidade societária são registradas receitas e custos de construção correspondentes aos investimentos realizados pela Companhia em ativos da concessão, em conformidade ao previsto no IFRIC 12/ICPC 01 (R1) e IFRS 15/CPC 47.

32.2.4 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD

Na contabilidade regulatória, os valores da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD são calculados conforme parâmetros definidos no item 6.3.3 e da técnica de funcionamento 7.2.8 do MCSE.

Na contabilidade societária, a PECLD é calculada de acordo com a IFRS 9/CPC 48, que determina que as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 nas demonstrações financeiras societárias foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, sem transitar pelo resultado do exercício.

32.2.5 Serviços em curso - serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com as técnicas de funcionamento 7.2.98 e 7.2.99 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária é realizada a compensação entre ativo e o passivo e os valores são apresentados pelo líquido. Quando o resultado da compensação for um direito a receber, o valor líquido será apresentado em outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização. Caso o valor líquido da compensação represente uma obrigação da Companhia, os valores serão apresentados no passivo circulante ou não circulante, na rubrica encargos regulatórios, considerando a sua expectativa de realização.

32.2.6 Ativos de contrato

Na contabilidade societária, as alterações introduzidas pela IFRS 15/CPC 47 impactaram na classificação e mensuração dos ativos vinculados à infraestrutura, já que os mesmos estão sob alcance da IFRIC 12/ICPC 01 (R1). Conforme requerido no pronunciamento, a alocação de preço é exigida para cada tipo de obrigação de performance identificada no contrato, devendo ainda classificar o ativo financeiro entre custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Com base nas características contratuais, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão, durante o período de construção, passaram a ser classificados como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados, sendo posteriormente bifurcados entre ativo financeiro e intangível, na entrada em operação.

Na contabilidade regulatória estes valores são apresentados como ativo imobilizado e ativo intangível.

32.2.7 Operações de arrendamento mercantil

Na contabilidade societária, as alterações introduzidas pela IFRS 16/CPC 06 (R2) impactaram a mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil. Conforme requerido no pronunciamento, os arrendatários devem contabilizar todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Na contabilidade regulatória estes valores são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

32.2.8 Multa por violação de padrão indicador de continuidade

Os ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, são reconhecidos como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD), conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.

Na contabilidade regulatória os valores continuam sendo apresentados como despesa, na rubrica de gastos diversos, conforme disposto na técnica de funcionamento 7.2.221 do MCSE.

32.2.9 Outras receitas operacionais

Arrendamentos e aluguéis e Prestação de serviços

Na contabilidade societária, as receitas auferidas com arrendamentos e aluguéis e prestação de serviços são apresentadas no grupo de receita operacional, compondo o total da receita líquida.

Na contabilidade regulatória estes valores são apresentados no grupo de outras receitas operacionais, na rubrica de arrendamentos e aluguéis e outros, conforme técnicas de funcionamento 7.2.184 e 7.2.185 do MCSE.

Outras receitas operacionais

Tratam-se de valores referentes às demais receitas operacionais e tributos incidentes sobre essas receitas que, na contabilidade societária são somados à receita operacional e na contabilidade regulatória são apresentadas como redutoras dos custos gerenciáveis (parcela B), conforme item 6.2.15 - Atividade não Vinculada à Concessão, do MCSE, e técnicas de funcionamento 7.2.189 e 7.2.190 do MCSE.

32.2.10 Efeitos fiscais – imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os efeitos fiscais correspondentes aos ajustes de diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conta Covid

Em 26 de janeiro de 2021, a Aneel publicou o Despacho nº 181, definindo os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE devidas pelas distribuidoras no âmbito da Conta-Covid, visando a amortização da operação de crédito contratada pela CCEE para ajudar o caixa das distribuidoras, conforme os termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020, divulgado na nota explicativa nº 1.1 destas demonstrações contábeis regulatórias.

O encargo mensal devido pela Companhia é de aproximadamente R\$41 milhões mensais que deverão ser recolhidos à CCEE, a partir do processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o décimo dia do mês subsequente. De acordo com a nota técnica 05/2021 SGT/Aneel, esse valor permanecerá nas tarifas por 48 meses (2021 a 2025) e a Aneel revisará anualmente os parâmetros para a definição do Encargo e eventual saldo residual será devolvido aos consumidores no final do período. Para garantir o equilíbrio entre cobertura tarifária, pagamento e arrecadação, e Encargo CDE Conta-Covid estará sujeito ao cálculo de CVA e Neutralidade.

Juros sobre Capital Próprio

Em 23 de março de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre Capital Próprio – JCP no montante de R\$86.667, a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório de 2021, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor. Farão jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 23 de março de 2021.

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Maurício Dall’Agnese
Diretor Cemigpar

Paulo Mota Henriques
Diretor sem denominação

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídica

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contadora - CRC-MG 77.839

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis regulatórias. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado na nota explicativa 14 às demonstrações contábeis regulatórias, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado ativo imobilizado e intangível da concessão nos montantes de R\$ 16.311.840 mil e R\$ 488.226 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da administração. Durante o ano de 2020, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão no montante de R\$ 1.752.139 mil.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis regulatórias vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Outros assuntos

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2021.

Concessionária: Cemig Distribuição S.A.

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contadora - CRC-MG 77.839

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCRs relativas ao exercício de 2020 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 28 de abril de 2021, declaram não conhecer quaisquer eventos que possam afetar substancialmente as DCRs e que foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2021.

Gustavo de Oliveira Barbosa
Cláudio Morais Machado
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti
Fernando Scharlack Marcato
Michele da Silva Gonsales Torres